



RELEASE DE RESULTADOS 3T2025

**Natalia Beatriz Pereira
Nascimento Sorreano**
Técnica de Subestação
e Manutenção



Saiba mais
sobre a
evolução da
nossa marca

C.A. 46299
RISCO 2
ATPV 10,0 CAL/CM²

isa
ENERGIA

São Paulo, 29 de outubro de 2025 – A ISA ENERGIA BRASIL S.A. ("ISA ENERGIA BRASIL", "Companhia", B3: ISAE3 e ISAE4) anuncia seus resultados do terceiro trimestre de 2025 (3T25). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com os procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE") com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Os resultados regulatórios são auditados anualmente pelo mesmo auditor independente das demonstrações financeiras societárias e não são revisados trimestralmente. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") na seção de "Anexos" deste documento.

Indicadores Regulatórios (R\$ Milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Líquida	1.072,3	1.179,9	-9,1%	3.232,8	3.400,5	-4,9%
PMSO	-187,5	-192,3	-2,5%	-552,1	-573,7	-3,8%
PMSO Gerenciável	-185,5	-181,2	2,4%	-546,3	-540,2	1,1%
EBITDA	888,5	958,7	-7,3%	2.601,3	2.746,7	-5,3%
Margem EBITDA	82,86%	81,25%	1,60 p.p	80,5%	80,8%	-0,3 p.p
Lucro Líquido ¹	550,0	431,6	27,4%	1.143,0	1.266,4	-9,7%
Margem Líquida	51,3%	36,6%	14,7 p.p	35,4%	37,2%	-1,9 p.p
ROE (12 meses)	20,8%	26,1%	-5,3 p.p	20,8%	26,1%	-5,3 p.p
Dívida Líquida	12.887,2	9.534,0	35,2%	12.887,2	9.534,0	35,2%
CapEx (ex-M&A)	1.205,4	867,9	38,9%	3.415,5	2.343,2	45,8%

¹ajustado pela participação do acionista não controlador.

Destaques financeiros 3T25



Receita Líquida R\$ 1.072,3 milhões (-9,1%)



PMSO: R\$ 187,5 milhões (-2,5%)



EBITDA R\$ 888,5 milhões (-7,3%)



CapEx R\$ 1.205,4 milhões (+38,9%)



Dívida Líquida R\$ 12.887,2 milhões (+35,2%)

Teleconferência 3T25

Teleconferência em português com tradução simultânea para inglês

Data: 30 de outubro de 2025

Horário: 10h00 (BRT) / 09h00 (EST)

O evento será transmitido via Zoom, através do link a seguir: [clique aqui](#)

Todos dados para conexão disponíveis no site de Relações com Investidores:

ri.isaenergiabrasil.com.br

EVENTOS DO PERÍODO

19ª emissão de debêntures

Em 07 de julho de 2025, a Companhia concluiu o processo de captação de recursos via 19ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante total de R\$ 580 milhões. O prazo de vencimento da oferta foi definido em aproximadamente 10 anos contados da data de emissão. O custo da emissão é de IPCA+6,70% a.a. [Clique aqui](#) para acessar os documentos da oferta.

RAP Ciclo 2025/2026

Em 15 de julho de 2025 foi publicada a [Resolução Homologatória \("REH"\) nº 3.481](#), que estabeleceu a Receita Anual Permitida ("RAP") da ISA ENERGIA BRASIL e suas empresas controladas e controladas em conjunto para o Ciclo Tarifário (2025-2026), compreendendo o período de 01 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. De acordo com a REH nº 3.481, a RAP e os valores correspondentes às Parcelas de Ajuste ("PA") do Consolidado e empresas controladas em conjunto, líquida de PIS/COFINS passou a ser de R\$ 6.399,0 milhões, ponderado pela participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto (data base junho de 2025). Excluindo os valores correspondentes às PA's, a RAP consolidada do ciclo é de R\$ 6.373,3 milhões. Deste montante, 55,7% representam a RAP do contrato renovado Concessão Paulista, incluindo Reforços e Melhorias ("R&M"), RBSE e a parcela de Operação e Manutenção ("O&M") do contrato. Além disso, 44,3% da RAP refere-se a contratos licitados provenientes de leilões de transmissão ou aquisições realizadas pela Companhia, sendo (i) 28,3% de empreendimentos em operação, ou seja, com RAP ativa e; (ii) 16,0% de empreendimentos em construção, que adicionarão remuneração à Companhia quando concluídos.

Obtenção de Licença de Instalação do projeto Serra Dourada

Em 05 de agosto de 2025, a Companhia obteve do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais ("IBAMA") a Licença de Instalação ("LI") do trecho de 500 kV da linha de transmissão Barra II - Correntina - Arinos 2 e da subestação Correntina do projeto Serra Dourada, permitindo o início das obras. O empreendimento, originado no Leilão ANEEL 01/2023, prevê 1.093 km de linhas de transmissão, seis subestações (três novas e três ampliadas) e visa escoar energia renovável gerada no oeste da Bahia. O investimento ANEEL é de R\$ 3.157 milhões, com RAP de R\$ 322 milhões (ciclo 2025/2026), e prazo ANEEL até março de 2029. [Clique aqui](#) para acessar ao Comunicado ao Mercado.

Participação de executivos em evento *on-line* ("live")

Nos dias 13 de agosto e 16 de setembro de 2025, o Sr. Rui Chammas, Diretor Presidente, participou dos seguintes programas ao vivo: "Radar" e "Conexão Energia" promovidos, respectivamente por *Times Brasil CNBC* e *TC News* em seus canais do YouTube. [Clique aqui](#) e [aqui](#) para acessar os respectivos Comunicado ao Mercado.

Trajetória Net Zero

Em 29 de agosto de 2025, a Companhia divulgou a meta de ser *Net Zero* até 2050. O objetivo é alcançar uma redução absoluta de 90% das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE") nos escopos 1, 2 e 3 até 2050, com base nas emissões de 2022. Em paralelo, as emissões residuais serão compensadas por meio de créditos de carbono de alta integridade, gerados por projetos auditados e certificados por padrões reconhecidos internacionalmente, com rastreabilidade garantida por registros públicos e sistemas de monitoramento contínuo. Para mais detalhes, [clique aqui](#).

Anúncio de distribuição de proventos intercalares

Em 29 de setembro de 2025, o Conselho de Administração da ISA ENERGIA BRASIL aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP"), no valor total de R\$ 444.744.253,55, correspondente a R\$ 0,674997 por ação de ambas as espécies (ordinária - "[ISAE3](#)" e preferencial - "[ISAE4](#)"). A distribuição do valor do JCP líquido do imposto de renda na fonte foi dividida em três pagamentos, sendo cada um deles com suas respectivas datas base, "ex-direito" e de pagamento, conforme tabela abaixo:

Parcela	Valor total	Data base de direito	Data "Ex-direito"	Data de pagamento	Valor bruto por ação	Valor líquido por ação
1ª	R\$ 148.248.084,52	30-out-25	31-out-25	28-nov-25	R\$ 0,224999	R\$ 0,191249
2ª	R\$ 148.248.084,52	24-nov-25	25-nov-25	12-dez-25	R\$ 0,224999	R\$ 0,191249
3ª	R\$ 148.248.084,52	17-dez-25	18-dez-25	30-dez-25	R\$ 0,224999	R\$ 0,191249

[Clique aqui](#) para acessar o aviso aos acionistas na íntegra.

Considerações sobre as informações financeiras

As informações financeiras apresentadas neste documento referem-se ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2025 e foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

A informação denominada EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social, Depreciação e Amortização – LAJIDA) está apresentada de acordo com a Resolução CVM 156/22.

Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade regulatória de acordo com a Resolução Normativa nº 933 e Despacho nº 2.904:

(R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
(=) Lucro Líquido Regulatório	550,0	431,6	27,4%	1.143,0	1.266,4	-9,7%
(+) Particip. do Acionista não controlador	18,0	14,1	27,1%	46,5	41,0	13,4%
(+) IRPJ/CSLL	-39,9	139,2	n.a	91,1	402,5	-77,4%
(-) Equivalência Patrimonial	-100,4	-90,3	11,2%	-267,0	-268,7	-0,6%
(+) Resultado Financeiro	293,1	206,0	42,3%	996,3	698,5	42,6%
(+) Depreciação/Amortização	167,6	258,1	-35,1%	591,4	606,9	-2,6%
(=) EBITDA Regulatório	888,5	958,8	-7,3%	2.601,3	2.746,7	-5,3%
(+) Equivalência Patrimonial	100,4	90,3	11,2%	267,0	268,7	-0,6%
(=) EBITDA Regulatório CVM 156/2022	988,9	1.049,0	-5,7%	2.868,3	3.015,4	-4,9%

O cálculo do EBITDA de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas de contabilidade internacionais, *International Financial Reporting Standards ("IFRS")*, emitidas pelo *"International Accounting Standards Board ("IASB")*, a partir do EBITDA na contabilidade regulatória está disponível na sessão "Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)" deste documento ([clique aqui](#)).

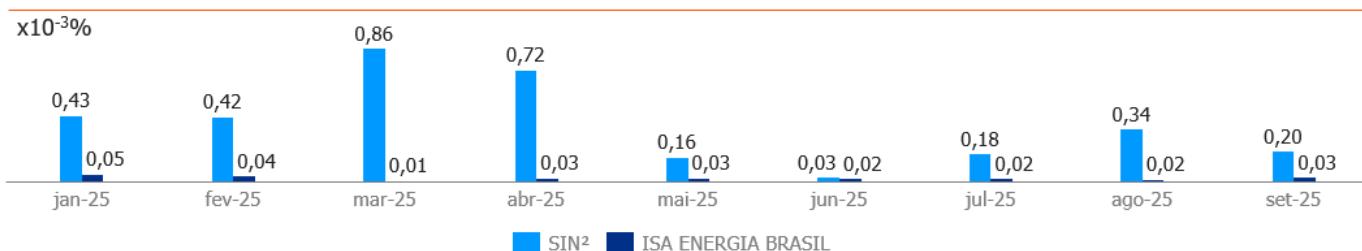
ÍNDICE

EVENTOS DO PERÍODO	3
DESEMPENHO FINANCEIRO (RESULTADOS REGULATÓRIOS)	7
RECEITA OPERACIONAL	7
CUSTOS E DESPESAS DE O&M	9
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	10
EBITDA E MARGEM	10
RESULTADO FINANCEIRO	11
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	12
IRPJ E CSLL	12
LUCRO LÍQUIDO ¹	13
COMPARATIVO DE RESULTADOS (REGULATÓRIO vs. IFRS)	14
ENDIVIDAMENTO	16
INVESTIMENTOS	17
INVESTIMENTOS EM REFORÇOS E MELHORIAS (“R&M”)	17
INVESTIMENTOS EM PROJETOS <i>GREENFIELD</i>	18
MERCADO DE CAPITAIS	19
COMPOSIÇÃO AÇÃO NÁRIA	19
DESEMPENHO DAS AÇÕES	19
SUSTENTABILIDADE	20
DESTAQUES DO PERÍODO	20
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	21
EVENTOS SUBSEQUENTES	23
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	23
REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (RTP) - CONTRATOS LICITADOS	23
RAP CICLO 2025/2026	23
RENOVAÇÃO CONCESSÃO PAULISTA - CONTRATO 059/2001 (RBNI/RBSE)	26
PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA – LEI 4.819/58	27
GLOSSÁRIO	29
ANEXOS	32

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia realiza a gestão de seus indicadores operacionais de forma constante e minuciosa. O principal indicador é o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação percentual entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no período e a energia total que seria suprida na ausência das interrupções, ou seja, representa a energia que deixou de ser consumida em decorrência de uma interrupção. A gestão adequada do IENS é de suma importância uma vez que as transmissoras de energia são remuneradas pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP e eventuais indisponibilidades da rede podem acarretar redução da receita por meio de desconto denominado Parcela Variável ("PV").

IENS % 2025



Segue abaixo a medição do IENS¹²³ da Companhia e do Sistema Interligado Nacional ("SIN") ao longo de 2025:

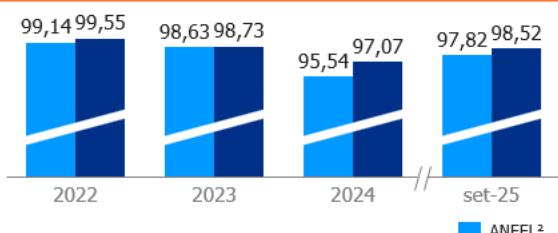
¹ Índice de referência disponibilizado no relatório de indicadores de desempenho calculado pelo ONS.

² São considerados apenas ativos da rede básica.

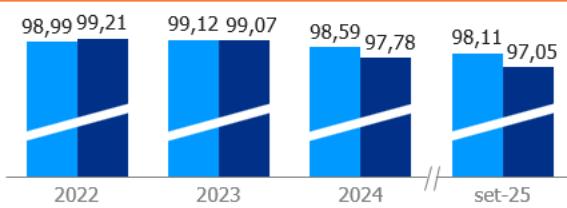
³ Dado disponibilizado no relatório de setembro/2025 pelo SIN.

Disponibilidade de ativos

Linhas de Transmissão



Transformadores



* São considerados apenas ativos da rede básica

** O ONS calcula o indicador para famílias de equipamento, que é a junção do tipo e nível de tensão.

*** Dados acumulados em forma de janela móvel, outubro/2024 a setembro/2025.

**** Fonte: ONS.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

Receita Operacional (R\$ Milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.239,4	1.333,6	-7,1%	3.684,8	3.865,1	-4,7%
RBSE	511,5	568,6	-10,0%	1.648,7	1.861,1	-11,4%
Concessão Paulista (contrato 059)	468,1	432,0	8,3%	1.340,2	1.228,1	9,1%
Operação e Manutenção (O&M) ¹	238,3	235,1	1,3%	708,5	705,5	0,4%
Reforços e Melhorias (R&M)	229,8	196,9	16,7%	631,7	522,6	20,9%
Contratos Licitados	265,1	235,4	12,6%	773,7	686,3	12,7%
Parcela de Ajuste (PA) e Antecipações	-52,2	65,8	n.a	-163,6	16,4	n.a
Parcela Variável (PV)	-15,6	-13,1	18,9%	-44,2	-46,6	-5,2%
Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFRA)	62,5	44,8	39,4%	130,0	119,9	8,4%
Outras	11,2	17,6	-36,4%	33,9	38,9	-12,8%
Receita Bruta	1.250,6	1.351,1	-7,4%	3.718,7	3.904,0	-4,7%
Deduções	-178,2	-171,2	4,1%	-485,9	-503,5	-3,5%
Tributos e Contribuições (PIS e Cofins)	-105,6	-117,1	-9,8%	-319,5	-344,4	-7,2%
Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFRA)	-57,8	-38,6	49,8%	-59,1	-70,3	-16,0%
Encargos Regulatórios in RAP (P&D, RGR e TFSEE)	-14,8	-15,4	-4,0%	-107,3	-88,8	20,9%
Receita Líquida	1.072,3	1.179,9	-9,1%	3.232,8	3.400,5	-4,9%

¹RAP referente a parcela de operação e manutenção dos ativos existentes considerados no processo de renovação do contrato 059/2001.

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 1.250,6 milhões no 3T25, redução de R\$ 100,6 milhões em relação ao 3T24 (-7,4%). Já a receita bruta acumulada totalizou R\$ 3.718,7 milhões (-4,7% vs. 9M24). As principais variações da receita no período foram:

Concessão Paulista (contrato 059/2001)

- ▲ Reajuste do ciclo tarifário para o ciclo 2025/2026 com atualização da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") do período (5,32%);
- ▲ Incorporação da RAP dos projetos de Reforços e Melhorias ("R&M") de grande porte energizados nos últimos 12 meses;
- ▼ Redução do componente financeiro da RBSE após a decisão da diretoria da ANEEL em junho de 2025;
- ▼ Aplicação da trajetória decrescente da RAP de O&M estabelecida na RTP de 2024.

Contratos Licitados

- ▲ Reajuste do ciclo tarifário para o ciclo 2025/2026 com atualização da RAP pelo IPCA do período (5,32%);
- ▲ Energização dos projetos Minuano no 4T24 e Água Vermelha no 2T25.

Parcelas De Ajuste (PA) e Antecipações

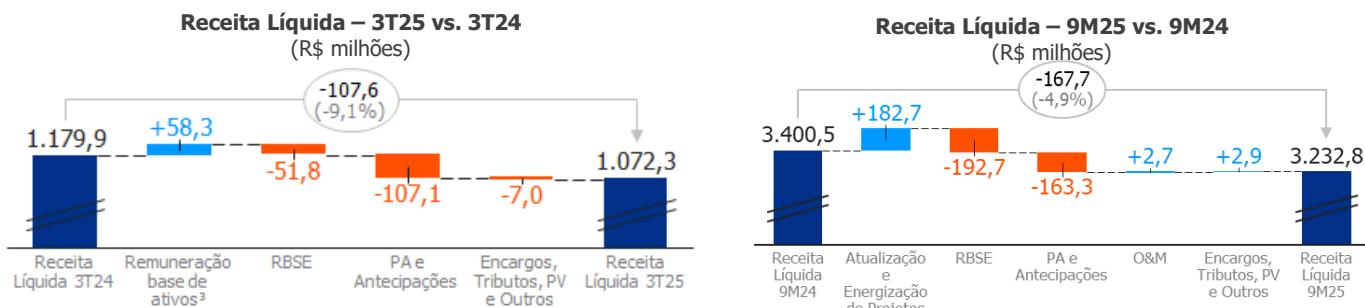
- ▼ Contabilização da totalidade das Parcelas de Ajustes da RTP da Concessão Paulista no 3T24;
- ▼ Menor volume de antecipações relacionadas ao superávit de arrecadação de encargos do setor (-R\$ 28,8 milhões)
- ▼ Impacto Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"): até julho de 2025 a CDE era registrada na receita bruta da Companhia com provisionamento do valor no mês subsequente. A CDE não representa receita efetiva da Companhia, que alterou sua contabilização para que a CDE deixasse de transitar pelo resultado a partir de agosto, sendo que o impacto verificado no 3T25 refere-se à provisão da receita de CDE de julho, no montante de R\$ 26,4 milhões.
- ▼ Fim do recebimento retroativo, no ciclo 2024/2025, da anuidade de melhorias do ciclo tarifário anterior (2023/2024), devido a postergação da RTP de julho/2023 para julho/2024 (-R\$ 9,5 milhões).

PA e Antecipações (R\$ Milhões)	Consolidado		
	3T25	3T24	Var (%)
PA RTP 2023	0,0	66,4	-100,0%
Anuidade Melhorias	11,0	20,5	-46,5%
Antecipação (Superávit Déficit do setor)	-36,8	-0,6	-
Ressarcimento CDE	-26,4	2,4	n.a.
Outras PAs	0,0	-22,9	-100,0%
Amortização PA RTP 2020 ¹	0,0	-22,9	-100,0%
TOTAL	-52,2	65,8	n.a.

¹PA de remuneração do componente financeiro da RBSE pelo custo do capital próprio ("Ke") reconhecida no 2T20 ([clique aqui](#)). Incorporação do componente à RAP após reperfilamento do RBSE definido na Resolução Homologatória 2.851/21 ([clique aqui](#)).

RECEITA LÍQUIDA

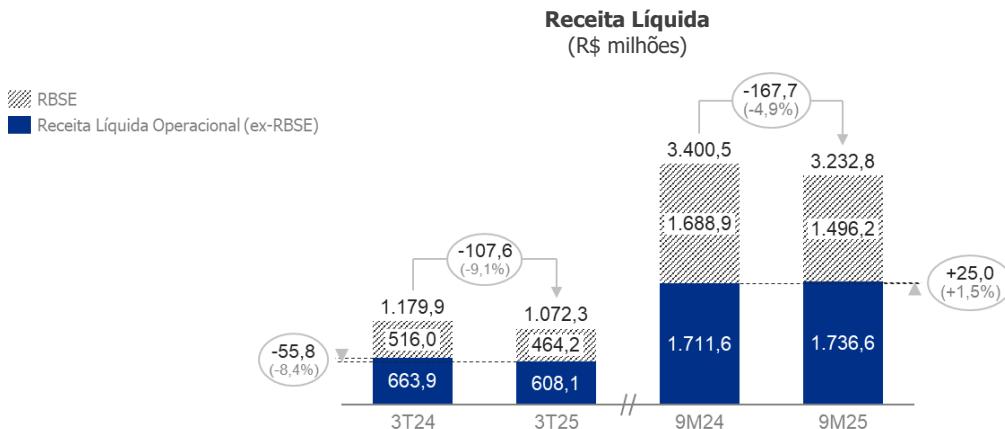
A receita líquida diminuiu R\$ 107,6 milhões (-9,1%) em relação ao registrado no 3T24, totalizando R\$ 1.072,3 milhões. Na comparação 9M25, a receita líquida diminuiu R\$ 167,7 milhões (-4,9%), totalizando R\$ 3.232,8 milhões.



³ Considera atualização pelo IPCA e Energização de projetos

RECEITA LÍQUIDA EX-RBSE

A receita líquida ex-RBSE do 3T25 atingiu R\$ 608,1 milhões, redução de R\$ 55,8 milhões (-8,4% vs. 3T24) devido, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos da RTP PA da RTP da Concessão Paulista no 3T24. No acumulado do ano, a receita ex-RBSE cresceu 1,5% atingindo R\$ 1.736,6 milhões.



Custos e Despesas de O&M

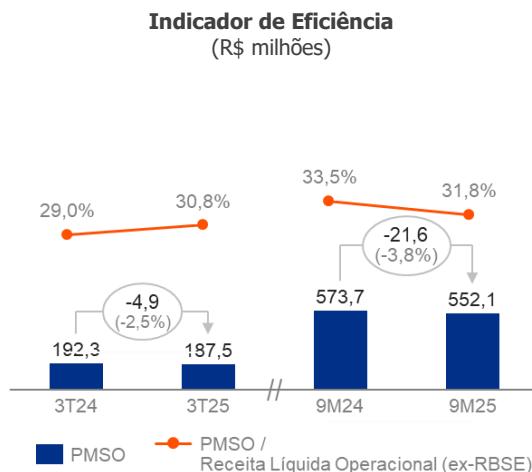
A componente gerenciável dos Custos e Despesas com Pessoal, Materiais, Serviços e Outros ("PMSO") totalizou R\$ 185,5 milhões no 3T25 (+2,4% vs. 3T24). Seguem os principais eventos que causaram variações no PMSO gerenciável do período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Pessoal	-100,5	-102,9	-2,3%	-310,5	-302,7	2,6%
Materiais	-5,6	-7,4	-23,2%	-16,9	-18,8	-10,1%
Serviços	-54,1	-52,3	3,4%	-146,0	-149,5	-2,3%
Outros	-25,4	-18,6	36,1%	-72,9	-69,4	5,1%
PMSO (gerenciável)	-185,5	-181,2	2,4%	-546,3	-540,2	1,1%
Não recorrentes	0,0	-0,0	-100,0%	0,0	-0,0	-100,0%
Entidade de Previdência Privada	-1,9	-11,2	-82,8%	-5,8	-33,5	-82,8%
PMSO	-187,5	-192,3	-2,5%	-552,1	-573,7	-3,8%
Contingências	-0,2	0,6	n.a.	-20,6	-11,5	79,5%
Depreciação	-167,6	-258,1	-35,1%	-591,3	-606,9	-2,6%
Demais custos e despesas	-167,8	-257,4	-34,8%	-611,9	-618,4	-1,0%
Total	-355,2	-449,7	-21,0%	-1.164,0	-1.192,1	-2,4%

- ▼ **Pessoal:** (i) maior capitalização de horas do quadro técnico; (ii) maiores custos pontuais com alteração do plano de saúde dos colaboradores no segundo semestre de 2024; e (iii) postergação da aplicação do acordo coletivo de 2025 para o quarto trimestre. Esses gastos foram parcialmente compensados por maiores despesas relacionadas à participação nos resultados.
- ▼ **Materiais:** Menores despesas com manutenções corretivas e combustíveis.
- ▲ **Serviços:** (i) maiores despesas com conservação, limpeza de faixa e prestação de serviços de roçada; e (ii) maiores despesas com serviços de infraestrutura de tecnologia da informação. Esses gastos foram parcialmente compensados principalmente por menores gastos com manutenção nas regionais.
- ▲ **Outros:** maiores gastos com IPTU, aluguel de veículos e licenças de *software*.

Além das movimentações explicadas, a provisão referente a previdência privada (passivo atuarial estimado em função de benefícios, conforme previsto no CPC33) reduziu R\$ 9,2 milhões no trimestre (-82,8% vs. 3T24). Essa variação não possui efeito caixa e é explicada principalmente pelo aumento da taxa de desconto utilizada para apuração do valor presente das obrigações futuras devido ao aumento da NTN-B na reavaliação anual em dezembro de 2024.

O gráfico a seguir mostra a evolução da eficiência operacional da Companhia medida pela relação entre o PMSO e a receita líquida ex-RBSE.



DEPRECIAÇÃO

A Companhia registrou R\$ 167,6 milhões em despesa com depreciação no 3T25. A redução de 35,1% (R\$ 90,5 milhões) sobre a depreciação registrada no 3T24 deve-se, principalmente a:

- ▲ Fim da depreciação represada dos ativos da RBSE, que possuía valor trimestral de R\$ 51,9 milhões, em junho de 2025. Essa depreciação refere-se ao período compreendido entre a renovação do contrato da Concessão Paulista (jan/2013) e o início do pagamento do componente econômico do RBSE (jun/2017) que foi amortizado em 8 anos conforme a regulação;
- ▲ Contabilização, no 3T24, de R\$ 87,2 milhões em depreciação retroativa relacionada ao laudo de reavaliação da RTP da Concessão Paulista;
- ▼ Regularização da unitização dos ativos das IE Evrecy, IE Triângulo Mineiro, IE Sul, IE Jaguar 9, IE Triângulo Mineiro, IE Sul e IE Tibagi junto à ANEEL. (+R\$ 10,5 milhões vs. 3T24); e
- ▼ À entrada em operação do projeto Minuano (contrato 001/2020) no 4T24 (+R\$ 5,3 milhões).

Com isso, os custos e despesas com O&M totalizaram R\$ 355,2 milhões no 3T25 (+321,0% vs. 3T24).

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas Operacionais (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receitas	58,3	21,0	176,8%	69,8	65,6	6,5%
Alienação de bens inservíveis	7,9	20,2	-61,0%	12,3	52,0	-76,4%
Atualização de valores de precatórios a receber (terreno)	12,1	0,5	n.a	17,2	13,8	24,5%
Outras	38,2	0,3	n.a	40,3	-0,3	n.a
Despesas	-55,7	-51,4	8,3%	-131,3	-136,7	-4,0%
Alienação de bens inservíveis à operação	-8,7	-2,8	216,9%	-14,3	-5,9	144,5%
Amortização de mais valia (PBTE e SF Energia)	-15,0	-14,8	1,5%	-45,0	-44,7	0,5%
Custo com desativação de bens*	-32,0	-33,9	-5,7%	-72,1	-86,2	-16,4%
Outros	0,0	0,0	0,0%	0,1	0,1	0,0%
Eliminação	1,3	0,9	47,8%	3,0	2,6	16,6%
Total	3,8	-29,5	n.a	-58,5	-68,6	-14,7%

* custos com serviço de desativação, alienação e baixa de ativos

A ISA ENERGIA BRASIL registrou receita de R\$ 3,8 milhões na rubrica “Outras Receitas e Despesas Operacionais” no 3T25 em comparação com despesa de R\$ 29,5 milhões no 3T24. As principais variações devem-se à: (i) atualização dos precatórios referentes a venda de terreno em São José dos Campos (R\$ 12,1 milhões); e (ii) homologação, pela ANEEL em 15 de julho de 2025, da remuneração devida pelos ativos da Subestação Centro (“SE Centro”) gerando receita adicional de R\$ 31,6 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados por menor receita com alienação de bens inservíveis.

EBITDA e MARGEM

O EBITDA do 3T25 totalizou R\$ 888,5 milhões, diminuição de R\$ 70,3 milhões (-7,3% vs. 3T24) e margem de 82,9% (+1,6 p.p. vs. 3T24).

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita líquida	1.072,3	1.179,9	-9,1%	3.232,8	3.400,5	-4,9%
Custos e despesas (ex-depreciação)	-187,7	-191,7	-2,1%	-572,7	-585,2	-2,1%
Outras despesas e receitas (ex-amortização)	3,8	-29,5	n.a	-58,8	-68,6	-14,2%
EBITDA	888,5	958,7	-7,3%	2.601,3	2.746,7	-5,3%
Margem EBITDA	82,9%	81,3%	1,6 p.p.	80,5%	80,8%	-0,3 p.p.

A variação é explicada, principalmente, por:

- ▼ Redução do componente financeiro da RBSE após decisão da ANEEL em junho de 2025;
- ▼ Redução da PA após contabilização, no 3T24, de PA positiva relacionada à RTP da Concessão Paulista;

- ▲ Entrada em operação de projetos *greenfield* e de reforços e melhorias de grande porte nos últimos 12 meses;
- ▼ Alteração no critério de contabilização da CDE;
- ▲ Controle de custos e despesas;
- ▲ Redução da provisão referente a previdência privada;
- ▲ Homologação da remuneração pelos ativos da SE Centro.

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado + Controladas em Conj.					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Consolidado	888,5	958,7	-7,3%	2.601,3	2.746,7	-5,3%
Controladas em Conjunto	191,2	163,0	17,3%	526,7	506,8	3,9%
IE Madeira (51%)	101,7	75,0	35,6%	256,8	243,0	5,7%
IE Garanhuns (51%)	14,0	13,2	6,0%	46,5	44,8	3,9%
IE Aimorés (50%)	12,9	10,9	18,8%	36,7	34,7	5,7%
IE Paraguaçu (50%)	19,5	17,8	9,4%	54,6	52,7	3,7%
IE Ivaí (50%)	43,1	46,1	-6,5%	132,1	131,6	0,4%
Total	1.079,7	1.121,7	-3,7%	3.128,0	3.253,5	-3,9%

O EBITDA da participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto totalizou R\$ 191,2 milhões no 3T25, aumento de R\$ 28,2 milhões (+17,3%) em relação ao 3T24.

O desempenho do trimestre é explicado principalmente, pelo aumento registrado nos resultados das Controladas em Conjunto. Mais detalhes estão disponíveis na sessão "Equivalência Patrimonial" deste documento ([clique aqui](#)).

Com isso, o EBITDA total, considerando o consolidado da ISA ENERGIA BRASIL (controladora + empresas controladas) e as empresas controladas em conjunto (não consolidadas), foi de R\$ 1.079,7 milhões no 3T25 (-3,7% vs. 3T24).

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Financeira	115,4	74,5	54,9%	216,9	93,1	132,8%
Rendimento de aplicação financeira	90,0	71,0	26,8%	153,4	89,8	70,7%
Outros	25,4	3,5	618,9%	63,5	3,3	1813,9%
Despesa Financeira	-408,6	-280,5	45,6%	-920,0	-585,6	57,1%
Juros e encargos sobre empréstimos	-336,7	-234,4	43,7%	-936,4	-614,1	52,5%
Variação Monetária	-54,6	-67,8	-19,6%	-337,7	-192,9	75,1%
Outras	-17,3	21,7	n.a	354,1	221,4	60,0%
Total	-293,1	-206,0	42,3%	-703,1	-492,5	42,8%

A Companhia registrou despesa financeira líquida de R\$ 293,1 milhões no 3T25, com aumento de R\$ 87,1 milhões (+42,3%) em comparação ao 3T24. No 9M25, a despesa financeira apresentou aumento de 42,8% quando comparada ao 9M24. O resultado reflete principalmente:

- ▼ **Juros e encargos sobre empréstimos:** refletem a maior posição de dívida bruta (+28,4% vs. set/24), impulsionado pelas captações realizadas pela Companhia entre os períodos (17ª, 18ª e 19ª emissões) além do desembolso do BNDES, e da variação do CDI no período.
- ▼ **Maiores gastos com tributos** como: (i) Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF"); e (ii) PIS/COFINS sobre receitas financeiras;
- ▲ **Variação monetária:** Apesar do maior volume de captações e de dívidas indexadas ao IPCA (+58,0%), o impacto da variação monetária foi menor no 3T25, refletindo a desaceleração da inflação no trimestre. O IPCA avançou 0,4% no 3T25, ante 0,8% no 3T24. Para fins contábeis, o 3T considera a inflação dos meses de junho a agosto;
- ▲ Maior rendimento de aplicações financeiras (+26,8%) em função da alta do CDI no período (+3,65% no 3T25 vs 2,59% no 3T24).

Equivalência Patrimonial

Equivalência Patrimonial (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
IE Madeira (51%)	61,8	43,7	41,5%	144,5	142,1	1,7%
IE Garanhuns (51%)	9,3	9,2	1,2%	33,2	32,5	2,3%
AIE (50%)	29,2	37,4	-21,8%	89,2	94,2	-5,2%
IE Aimorés	7,1	9,0	-21,1%	26,5	28,5	-7,1%
IE Paraguaçu	9,0	14,7	-38,6%	38,4	42,3	-9,3%
IE Ivaí	13,1	13,7	-4,3%	24,3	23,3	4,3%
Total	100,4	90,3	11,1%	267,0	268,7	-0,6%

O resultado da equivalência patrimonial foi R\$ 100,4 milhões no 3T25, R\$ 10,1 milhões maior (+11,1%) que o registrado no 3T24 devido ao maior resultado da IE Madeira e IE Garanhuns. Seguem os detalhamentos por empresa:

IE Madeira

Apresentou resultado de equivalência patrimonial de R\$ 61,8 milhões no 3T25, representando incremento de R\$ 18,1 milhões (+41,5%) em relação ao 3T24. O desempenho foi explicado, principalmente, pelo (i) aumento da receita devido ao reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA (5,32%); (ii) impacto positivo após estorno de provisão contábil registrada em 2018, referente a PA de R\$ 67,6 milhões, após prescrição da cobrança sobre o período de testes do projeto; (iii) melhor resultado financeiro líquido com redução das despesas e maior rentabilidade em aplicações financeiras. Esses resultados foram parcialmente compensados por: (i) reconhecimento como despesa de saldo remanescente de sinistro ocorrido em 2022 após encerramento das discussões administrativas (+R\$ 28 milhões); (ii) maior despesa de IRPJ/CSLL diferido (+R\$ 15,9 milhões) em razão da padronização do critério de contabilização do imposto em contabilidade regulatória conforme critério adotado pela Companhia; e (iii) aumento nos tributos, contribuições e encargos do consumidor (+R\$ 5,8 milhões). No 9M25, a IE Madeira apresentou crescimento de 1,7% (+R\$ 2,5 milhões).

IE Garanhuns

Apresentou receita de R\$ 9,3 milhões no 3T25, incremento de R\$ 0,1 milhão (+1,2%) em comparação com o resultado do 3T24 devido, principalmente, a: (i) o reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA (5,32%); e (ii) maiores receitas de aplicação financeira. Esse resultado foi parcialmente compensado por: (i) maiores gastos com pessoal (+R\$ 0,5 milhão) e; (ii) ajuste no valor de adição temporária com base no recebimento gerando impacto de (+R\$ 1,9 milhão) no IRPJ. No 9M25, a IE Garanhuns, apresentou crescimento de 2,3% (+R\$ 0,9 milhão).

Aliança Interligação Elétrica (AIE)

Composta por três projetos em sociedade com a TAESA (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí), a AIE apresentou receita de R\$ 29,2 milhões no 3T25 (-21,8% vs 3T24). O resultado deve-se ao: (i) maior endividamento em IE Aimorés e IE Paraguaçu devido a captações realizadas em julho de 2025; (ii) aumento em custos de implementação de infraestrutura e O&M na IE Ivaí. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA. [Clique aqui](#) para verificar a demonstração de resultado sintética das controladas em conjunto.

IRPJ e CSLL

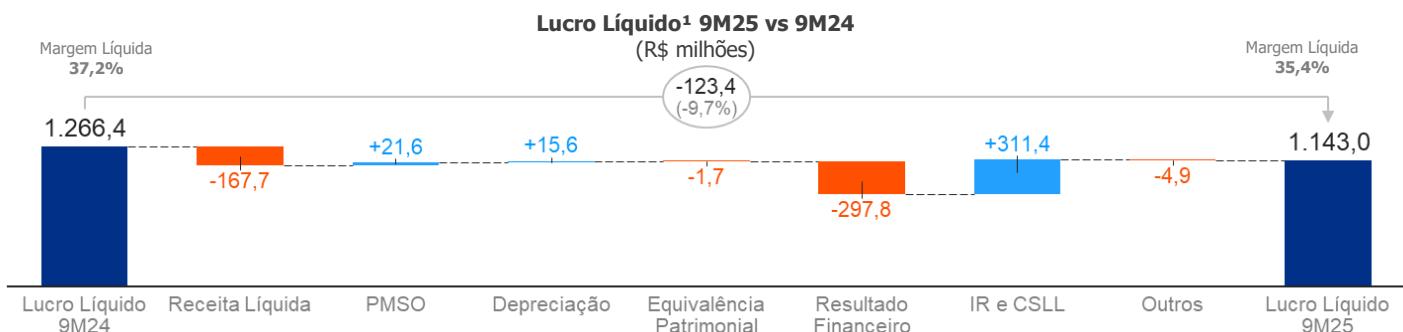
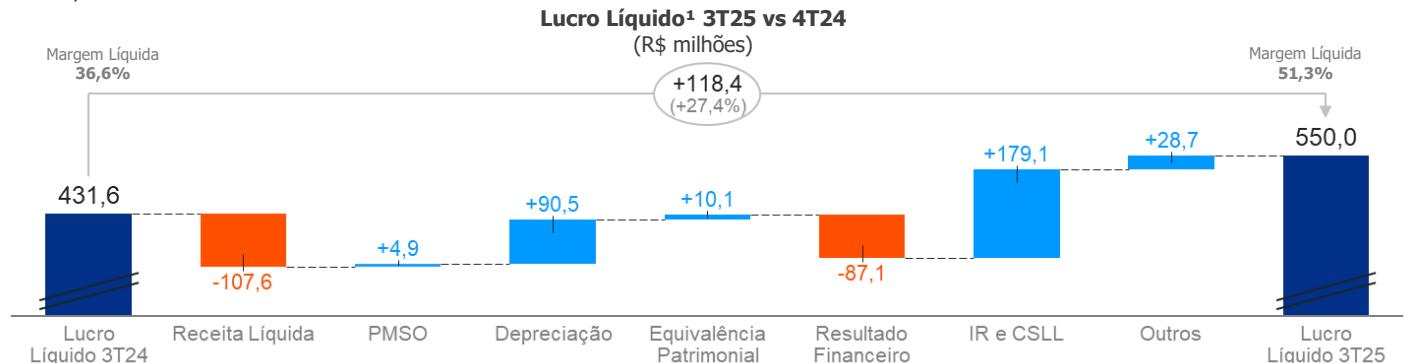
IRPJ CSLL (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Corrente	38,6	-110,3	n.a	-45,0	-455,8	-90,1%
Diferido	1,2	-28,9	n.a	-46,1	53,3	n.a
Total	39,9	-139,2	n.a	-91,1	-402,5	-77,4%
Taxa efetiva	-7,5%	23,8%	-31,3 p.p	7,1%	23,5%	-16 p.p

A Companhia registrou receita de R\$ 39,9 milhões com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("IR/CSLL") no 3T25, frente à despesa de R\$ 139,2 milhões contabilizada no mesmo período do ano anterior. O resultado positivo é explicado, principalmente, pela distribuição de R\$ 444,7 milhões em JCP reconhecida no 3T25 e sua respectiva dedutibilidade da base de cálculo do IR/CSLL.

O resultado acumulado registra despesa de R\$ 91,1 milhões (-77,4% vs 9M24) com taxa efetiva de 7,1% (23,5% no 9M24) devido ao menor lucro tributável explicado, principalmente, por (i) distribuição de JCP intercalar no 3T25; (ii) crédito extemporâneo com impacto positivo não recorrente de R\$ 77,5 milhões na rubrica de IR/CSLL no 2T25; (iii) Reversão da PA do RBSE, também no 2T25; (iv) redução das receitas do RBSE; e (v) maior despesa financeira.

Lucro Líquido¹

Como resultado das explicações apresentadas, o lucro líquido do trimestre totalizou R\$ 550,0 milhões, incremento de R\$ 118,4 milhões (+27,4%) em relação ao 3T24. Já no acumulado do ano, o lucro líquido apresentou redução para R\$ 1.143,0 milhões.



¹ ajustado pela participação do acionista não controlador.

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

No 3T25, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 784,8 milhões na contabilização IFRS, resultado R\$ 322,4 milhões menor (-29,1%) que o registrado no 3T24. No 9M25, o lucro líquido foi de R\$ 1.713,2 milhões (-25,1% vs 9M24). A DRE detalhada na contabilidade IFRS está disponível no anexo IX deste documento.

Demonstração de Resultado (IFRS) (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Operacional Líquida	2.559,0	1.805,8	41,7%	6.403,9	5.446,5	17,6%
Custos dos Serviços de Implementação da infraestrutura, operação e manutenção e de serviços prestados	-1.340,5	-1.010,5	32,7%	-3.831,3	-2.770,1	38,3%
Lucro Bruto	1.218,4	795,3	53,2%	2.572,6	2.676,4	-3,9%
Receitas e Despesas Operacionais	61,2	1.175,0	-94,8%	380,8	1.326,3	-71,3%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	1.279,7	1.970,2	-35,0%	2.953,5	4.002,8	-26,2%
Resultado Financeiro	-293,3	-206,1	42,3%	-996,8	-698,7	42,7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	986,4	1.764,2	-44,1%	1.956,7	3.304,0	-40,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-183,6	-642,8	-71,4%	-196,9	-976,3	-79,8%
Lucro/Prejuízo Consolidado	802,8	1.121,3	-28,4%	1.759,8	2.327,8	-24,4%
Participação do Acionista não Controlador	-18,0	-14,1	27,1%	-46,5	-41,0	13,4%
Lucro/Prejuízo	784,8	1.107,2	-29,1%	1.713,2	2.286,7	-25,1%

Receita - IFRS 15: No IFRS, as receitas que se referem aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas com o reconhecimento da margem de implementação de infraestrutura e determinação da taxa de desconto do ativo contratual. Além disso, existe a receita de remuneração dos ativos de contrato que é a recomposição do valor a receber pela taxa de desconto ao longo do tempo. No regulatório, a receita reflete a RAP registrada conforme o faturamento no prazo da concessão.

Custos dos investimentos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado no período de obra, calculados a partir do investimento das aquisições de CapEx (equipamentos, serviços e mão de obra interna e externa). No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado.

Depreciação: No IFRS, não há depreciação de ativos da concessão, uma vez que estes não são considerados ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão. No regulatório, os ativos da concessão são considerados ativo imobilizado e depreciados linearmente considerando sua vida útil.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial são reflexo das explicações da receita, custos e depreciação para as empresas controladas em conjunto.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSSL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/14, de forma que os valores efetivamente tributados consideram a realização do caixa. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade IFRS de acordo com a Resolução CVM 156/22:

(R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
(=) Lucro Líquido IFRS	784,8	1.107,2	-29,1%	1.713,2	2.286,7	-25,1%
(+) Particip. do Acionista não controlador	18,0	14,1	27,1%	46,5	41,0	13,4%
(+) IRPJ/CSLL	183,6	642,8	-71,4%	196,9	976,3	-79,8%
(-) Equivalência Patrimonial	-109,5	-67,2	62,9%	-403,7	-348,3	15,9%
(+) Resultado Financeiro	293,3	206,1	42,3%	996,8	698,7	42,7%
(+) Depreciação/Amortização	8,7	9,1	-4,4%	25,6	27,9	-8,2%
(=) EBITDA IFRS	1.178,9	1.912,1	-38,3%	2.575,4	3.682,3	-30,1%
(+) Equivalência Patrimonial	109,5	67,2	62,9%	403,7	348,3	15,9%
(=) EBITDA IFRS CVM 156/2022	1.288,4	1.979,3	-34,9%	2.979,1	4.030,7	-26,1%

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade Regulatória a partir do EBITDA CVM 156/22:

(R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
EBITDA IFRS (CVM 156/22)	1.288,4	1.979,3	-34,9%	2.979,1	4.030,7	-26,1%
(-) Receita de implementação da infraestrutura	-1.516,8	-1.090,9	39,0%	-4.228,9	-2.937,9	43,9%
(-) Remuneração dos ativos de concessão	-1.060,8	-632,2	67,8%	-2.003,4	-2.168,5	-7,6%
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	0,1	-12,3	n.a	10,7	-56,0	n.a
(-) Receita de O&M	-294,2	-334,3	-12,0%	-945,7	-987,3	-4,2%
(+) Receita de uso da rede elétrica	1.239,4	1.333,6	-7,1%	3.684,8	3.865,2	-4,7%
(+) Outras receitas	1,1	3,3	-67,0%	5,6	7,8	-28,7%
(+) PIS e COFINS diferidos	144,7	107,0	35,2%	305,9	230,7	32,6%
(+) Custo de implementação da infraestrutura	1.194,7	867,9	37,6%	3.404,8	2.343,2	45,3%
(-) Custo de O & M	6,2	7,7	-19,1%	18,3	21,3	-14,5%
(-) Despesas gerais e administrativas	-0,9	-0,6	66,2%	6,8	-2,6	n.a
(-) Equivalência patrimonial	-9,2	23,1	n.a	-136,7	-79,6	71,7%
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	-10,5	-49,9	-78,9%	-73,5	-98,9	-25,7%
EBITDA REGULATÓRIO (CVM 156/22)	988,9	1.049,1	-5,7%	2.868,3	3.015,4	-4,9%
(-) Equivalência Patrimonial	-100,4	-90,3	11,2%	-267,0	-268,7	-0,6%
EBITDA REGULATÓRIO	888,5	958,8	-7,3%	2.601,3	2.746,7	-5,3%

ENDIVIDAMENTO

Empréstimos e Financiamentos R\$ (milhões)	30/09/2025	31/12/2024	Var (%)
Dívida Bruta ³	14.818,5	13.273,8	11,6%
Curto Prazo	446,4	1.204,0	-62,9%
Longo Prazo	14.372,1	12.069,8	19,1%
Disponibilidades Consolidadas	2.420,2	3.400,7	-28,8%
ISA ENERGIA BRASIL e Controladas	1.931,3	3.044,0	-36,6%
Subsidiárias controladas em conjunto ¹	488,9	356,7	37,1%
Dívida Líquida²	12.887,2	10.229,8	26,0%

¹ Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas subsidiárias controladas 100% e controladas em conjunto (IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí) e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

² Dívida líquida considera disponibilidades ISA ENERGIA BRASIL e subsidiárias controladas 100%.

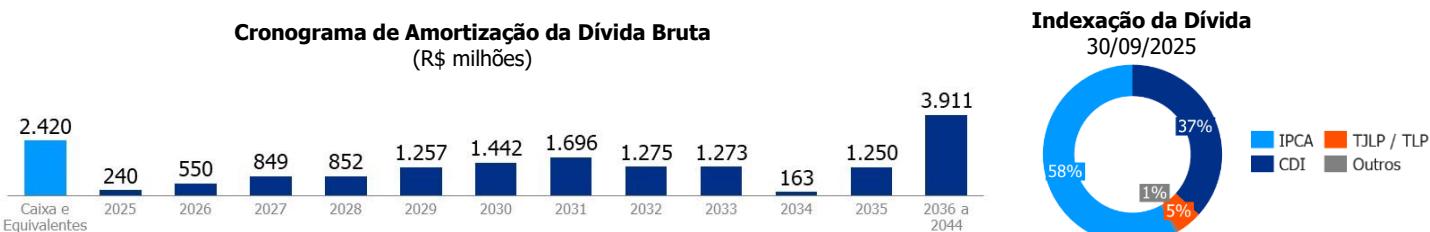
³ Considera arrendamentos mercantis (*leasing*), segundo manual de contabilidade do setor elétrico ("MCSE") vigente a partir de janeiro de 2022, o qual considera adoção do CPC 6 pela ANEEL.

A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 14.818,5 milhões ao final do 3T25, aumento de R\$ 1.544,7 milhões (+11,6%) em relação ao saldo final do 4T24. A Companhia também encerrou o 3T25 com o total de R\$ 2.420,2 milhões em disponibilidades (-28,8% vs. 31 de dezembro de 2024). Ao excluir as disponibilidades das empresas controladas em conjunto, a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 12.887,2 milhões em 30 de setembro de 2025 com aumento de R\$ 2.657,4 milhões (+26,0%) em comparação à dívida líquida em 31 de dezembro de 2024.

O aumento se deve à 18^a e 19^a emissões de debêntures nos montantes de R\$ 1,4 bilhão e R\$ 580,0 milhões, respectivamente e, ao 4º desembolso do BNDES no montante de R\$ 82,1 milhões. O crescimento do endividamento foi parcialmente compensado com a liquidação da 7^a Emissão de debêntures realizada em abril de 2025 no montante de R\$ 928,4 milhões.

Os avanços de 265 bps no CDI anualizado (vs. 4T24) e de 26 bps no IPCA dos últimos 12 meses levaram o custo médio nominal das dívidas da Companhia para 13,14% a.a. (vs. 11,83% a.a. no 4T24). Considerando o IPCA acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio real* da dívida é 7,61%, com aumento de 98 bps (vs. 6,63% no 4T24).

O prazo médio da dívida consolidada da Companhia em 30 de setembro de 2025 era de 7,4 anos (vs. 7,5 anos em 31 de dezembro de 2024) e seu perfil de amortização é compatível com a natureza do negócio, que apresenta baixo risco e alta previsibilidade de receitas e geração de caixa operacional, características que são destacadas pela Fitch ao atribuir o *rating* corporativo "triplo A" em escala local com perspectiva estável para a Companhia.



Cabe destacar que apenas os contratos de financiamento com o BNDES (total de R\$ 694,8 milhões em 30 de setembro de 2025) possuem *covenants* financeiros, que são medidos anualmente pelo índice Dívida Líquida/EBITDA e tem como limite 3,0x. A última apuração ocorreu com as informações de 31 de dezembro de 2024 e a Companhia e suas controladas atenderam aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas. A próxima apuração será realizada com os dados de 31 de dezembro de 2025. O índice de alavancagem gerencial da Companhia, seguindo a metodologia do BNDES, foi de 3,44x no 3T25, comparado a 2,72x no 4T24. A Companhia encontra-se em tratativas avançadas junto ao BNDES para obtenção de *Waiver*. Mais detalhes sobre a alavancagem estão no anexo VII deste documento.

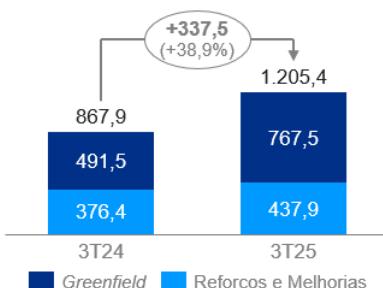
Mais informações sobre o endividamento estão disponíveis no website da Companhia ([clique aqui](#)).

(*) Razão entre (i) Custo médio nominal; e (ii) IPCA últimos 12 meses.

INVESTIMENTOS

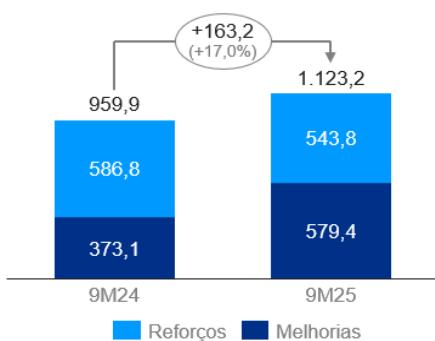
A ISA ENERGIA BRASIL, suas empresas controladas e empresas controladas em conjunto investiram R\$ 1.205,4 milhões no 3T25, aumento de R\$ 337,5 milhões (+38,9%) em relação a 3T24. A variação é explicada, principalmente, pelo aumento de R\$ 276,0 milhões (+56,2%) em investimentos em projetos *greenfield*, com destaque para o montante investido nos projetos Piraquê e Serra Dourada, que receberam, respectivamente, R\$ 503,6 milhões e R\$ 124,0 milhões, compensando o fim dos investimentos nos projetos energizados entre períodos.

Investimento em Projetos
(R\$ milhões)



Investimentos em Reforços e Melhorias ("R&M")

Investimento em Reforços e Melhorias
(R\$ milhões)



A renovação dos ativos é fundamental para a adequada gestão do sistema de transmissão e, além de garantir a excelência na prestação de serviço com confiabilidade e segurança, permite a redução de custos de O&M e traz maior longevidade aos ativos.

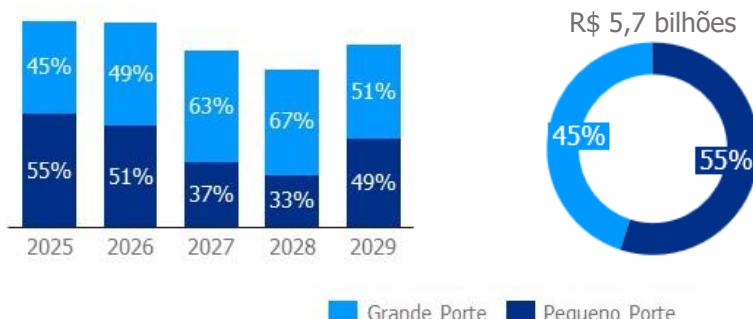
A Companhia destinou R\$ 437,9 milhões a projetos de R&M no 3T25, aumento de R\$ 61,4 milhões (+16,3%) em comparação com o mesmo período de 2024. Nesse período, a ISA ENERGIA BRASIL substituiu 711 equipamentos¹ como transformadores, disjuntores, chaves seccionadoras, sistemas de proteção e linhas de transmissão.

No 3T25 a ANEEL concedeu autorizações para novos projetos de R&M com investimento total aproximado de R\$ 38 milhões pela Companhia. Com isso, a carteira de projetos de R&M já autorizados totaliza investimentos de cerca de R\$ 5,7 bilhões a serem executados pela Companhia até 2029. Estes

investimentos são remunerados conforme a Regulação e cabe destacar que a receita de aproximadamente 55% do investimento autorizado entre fevereiro de 2023 e junho de 2027 refere-se a projetos de pequeno porte e, portanto, será habilitada somente na RTP prevista para acontecer em 2028, com pagamento da receita retroativa às respectivas datas de entrada em operação de cada projeto. Os demais projetos (grande porte) são autorizados com receita previamente definida via Resolução Autorizativa ("ReA") e passam a receber receita imediatamente após a entrada em operação.

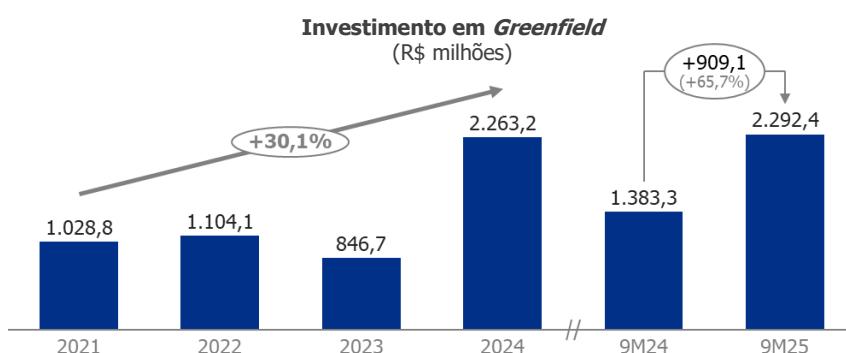
¹ número atualizado constantemente, por tanto pode sofrer correções ao longo tempo

Investimento Autorizado para projetos de Reforços e Melhorias
(R\$ bilhões, valor real base set/25)



Investimentos em Projetos *Greenfield*

A Companhia investiu R\$ 767,5 milhões em projetos licitados no 3T25 direcionados, principalmente, aos projetos Piraquê (R\$ 503,6 milhões), que se encontra em fase avançada de construção com 82% de avanço físico e, Serra Dourada (R\$ 124,0 milhões), cujas obras foram iniciadas após obter a Licença de Instalação do trecho de 500 kV da linha de transmissão Barra II - Correntina - Arinos 2 e da subestação Correntina em agosto. O maior investimento nos projetos supracitados compensou a redução de investimentos nos projetos energizados nos últimos 12 meses (Minuano e Água Vermelha). Já o investimento acumulado do ano cresceu R\$ 909,1 milhões (+65,7%) para R\$ 2.292,4 milhões no 3T25.



A Companhia possui 5 projetos *greenfield* em execução com investimento remanescente de aproximadamente R\$ 7,0 bilhões (termos reais setembro/2025) e RAP ciclo 25/26 de R\$ 1.022,3 milhões. Segue tabela com informações dos projetos em construção:

Leilões	Projetos	Situação Atual	Contrato	Empresa	UF	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 25/26 (R\$ milhões)	Início das Obras	Prazo ANEEL	Avanço Físico ¹	CapEx Participação ISA ENERGIA BRASIL (R\$ milhões)	
										Total ANEEL (valor real, set/25)	ISA ENERGIA BRASIL (valor real, realizado até 30/09/25)
001/2020 (dez/2020)	Riacho Grande (Lote 7)	Em Obras	005/2021	IE Riacho Grande	SP	93,1	3T23	mar-26	98%	1.580,3	819,0
001/2022 (jun/2022)	Piraquê (Lote 3)	Em Obras	008/2022	ISA ENERGIA BRASIL	MG / ES	343,1	3T24	set-27	82%	4.326,0	2.814,0
	Jacarandá (Lote 6)	Em Obras	011/2022	IE Jaguar 8	SP	16,1	3T24	mar-26	70%	275,0	66,1
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lote 1)	Licenciamento Ambiental	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	BA/MG	321,8	-	mar-29	24%	3.588,3	319,0
	Itatiaia (Lote 7)	Licenciamento Ambiental	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	RJ/MG	248,2	-	mar-29	25%	2.662,5	142,2
Total (4)						1.022,3				12.432,2	4.160,2

¹Avanço do Projeto: evolução de todas as atividades relativas ao empreendimento até sua energização.

Mais informações sobre os projetos *greenfield* estão disponíveis no website da Companhia e você pode acessar [clicando aqui](#).

MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatina que atua nos setores de energia elétrica, rodovias e telecomunicações, a Companhia possui 64,2% das ações em circulação (*free float*).

Acionistas	ISAE3 (ON)		ISAE4 (PN)		Total (ON+PN)	
	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%
ISA Capital do Brasil S.A	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administração	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação (Free Float)	27.080.900	10,50%	395.801.044	98,72%	422.881.944	64,18%
Eletrobras	25.106.829	9,73%	117.399.836	29,28%	142.506.665	21,63%
Outros	1.974.071	0,77%	278.401.208	69,44%	280.375.279	42,55%
Total	257.937.732	100,00%	400.945.572	100,00%	658.883.304	100,00%

Data base: 30/09/2025

Desempenho das Ações

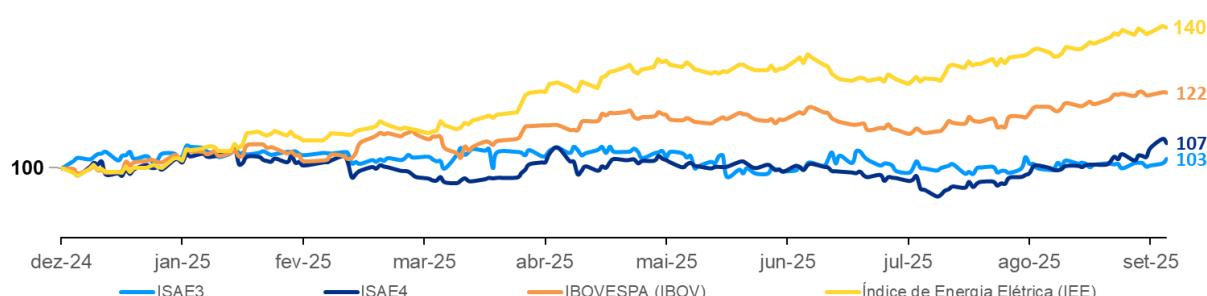
As ações ordinárias ("ISAE3") e preferenciais ("ISAE4") da ISA ENERGIA BRASIL encerraram o 3T25 cotadas, respectivamente, a R\$ 31,32 (+3,3% vs. preço de fechamento do 2T25) e R\$ 24,67 (+6,4% vs. preço de fechamento do 2T25). Neste mesmo período, o Índice de Energia Elétrica ("IEE") e o Ibovespa ("IBOV") apresentaram valorizações de 7,3% e 5,3%, respectivamente. A Companhia encerrou o 3T25 com valor de mercado de R\$ 18,0 bilhões e, neste mesmo período, o volume financeiro médio diário negociado ("ADTV" ²) da ISAE4 foi de R\$ 42,5 milhões (-7,1% vs. 2T25).

Mercado de Capitais	3T25	3T24	2T25	9M25	9M24
Valor de Mercado ¹ (R\$ bilhões)	658.882.604	658.882.604	658.882.604	658.882.604	658.882.604
ISAE3					
Volume médio/dia (mil ações)	2,2	2,5	2,2	2,9	2,3
Volume financeiro médio/dia - ADTV ² (R\$ mil)	69	81	96	91	76
Cotação Média (R\$)	30,79	32,28	30,79	31,28	33,38
Preço de fechamento (R\$)	31,32	31,20	30,31	31,32	31,32
ISAE4					
Volume médio/dia (mil ações)	1.855	3.227	1.897	2.238	2.901
Volume financeiro médio/dia - ADTV ² (R\$ mil)	42.450	80.220	45.697	51.709	70.497
Cotação Média (R\$)	22,76	25	22,73	23,02	25,54
Preço de fechamento (R\$)	24,67	24	23,18	24,67	24,30

¹ calculado a partir do preço de fechamento das ações no período | ² volume diário médio de negociações diárias (ADTV)

Atualmente, a Companhia integra 19 índices com destaque para o Ibovespa, o Índice de Energia Elétrica ("IEE"), Índice de Governança Corporativa ("IGC"), Índice de Dividendos ("IDIV") e Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE").

Evolução ISAE3 x ISAE4 x Ibovespa x IEE – 2025
(base 100)



IBOVESPA B3 IBRA B3 IDIV B3 IEE B3 IGC B3 IGCT B3 MLCX B3 UTIL B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IBSD B3
IDIVERSA B3 ISE B3 IBBR B3 IBEP B3 IBEW B3 IBLV B3 IBBE B3 IBBC B3

SUSTENTABILIDADE

A ISA ENERGIA BRASIL, comprometida com a transparéncia na gestão e no relacionamento com seus grupos de interesse, reforça a sustentabilidade como eixo estratégico para geração de valor de longo prazo. Os dados e indicadores apresentados referem-se à ISA ENERGIA BRASIL e suas subsidiárias de participação integral, salvo indicação em nota de rodapé. A gestão dessas informações é supervisionada e revisada pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG").

Os investimentos e iniciativas da Companhia são alinhados à sua agenda de desenvolvimento sustentável e refletem sua essência, com o compromisso de priorizar a vida e garantir uma transição energética resiliente, segura, limpa e justa. Saiba mais sobre os compromissos no [site](#) da Companhia.

Destaques do Período

ISA ENERGIA BRASIL anuncia compromisso de ser Net Zero até 2050

Durante encontro para debater desafios e oportunidades do setor elétrico rumo à COP30, a Companhia anunciou o compromisso de ser Net Zero até 2050. A estratégia combina ações de mitigação e adaptação climática, com metas claras: reduzir 60% de suas emissões até 2040 e alcançar redução absoluta de 90% até 2050 (nos escopos 1, 2 e 3)¹. As emissões residuais serão compensadas por meio da aquisição de crédito de carbono de alta qualidade, como os viabilizados pelo Programa Conexão Jaguar, alinhando a Companhia ao Acordo de Paris e ao objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Reconhecimentos de Sustentabilidade

Pelo 4º ano consecutivo, a Companhia integra o índice FTSE4Good, referência global em sustentabilidade. O avanço de sua nota de 3,1 (2024) para 3,3 (2025), em uma escala de 1 a 5, evidencia a consistência na implementação contínua das melhores práticas de sustentabilidade.

Pelo 6º ano consecutivo, a Companhia foi reconhecida com o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, a mais alta qualificação do programa. O inventário de emissões de gases de efeito estufa ("GEE"), auditado pela PwC, reafirma o compromisso com a transparéncia e a excelência na gestão climática. Nos últimos três anos, a Companhia reduziu 20% nas emissões de SF₆ e manteve o índice de perdas do parque instalado em 0,28%, abaixo do limite internacional de 0,5% estabelecido pela International Electrotechnical Commission (IEC).

Parceria com USP Diversa é renovada e fortalece inclusão na engenharia

A Companhia renovou sua parceria com o programa USP Diversa, ampliando para 20 o número de estudantes dos cursos de engenharia da Escola Politécnica e da Escola de Engenharia de São Carlos. Os participantes, vindos da rede pública e em situação de vulnerabilidade, recebem bolsas de estudo com apoio financeiro, mentoria e orientação de carreira. A iniciativa é parte do programa Conexão Desenvolvimento e busca reduzir a evasão universitária e ampliar a diversidade na engenharia, promovendo o acesso de grupos sub-representados. Com isso, a Companhia reforça seu papel como agente de transformação social e promotora de um setor elétrico mais inclusivo.

Patrocínio da Jaguar Parade leva arte e conservação à cidade sede da COP30

Como parte do seu compromisso de conservação da biodiversidade, a Companhia patrocina a Jaguar Parade Belém, uma das maiores exposições de arte urbana do mundo voltada à preservação da onça-pintada. A mostra transformará a capital paraense em uma galeria a céu aberto, com 20 esculturas customizadas por artistas brasileiros, espalhadas por pontos estratégicos da cidade. Realizada por meio da Lei Rouanet e com apoio institucional do Governo do Pará, acontece durante a realização da COP30, e busca sensibilizar a sociedade sobre a importância da proteção da fauna amazônica. A ação inclui um leilão benficiante cujos recursos serão destinados a projetos de conservação desenvolvidos pelo: Onçafari, Panthera Brasil e Instituto AMPARA Animal.

Companhia entrega espaço revitalizado para acolhimento social em São Paulo

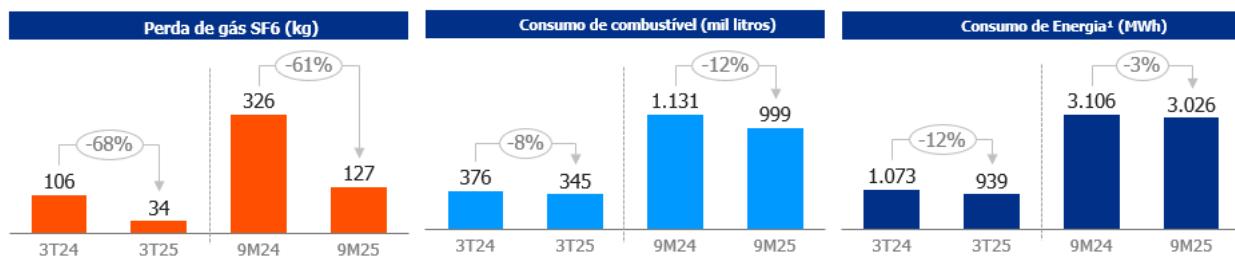
Como parte de seu compromisso socioambiental, a Companhia revitalizou o Espaço Recanto Vida Nova, organização sem fins lucrativos que há 17 anos atua na capital paulista com foco na recuperação de dependentes químicos e na reinserção social de pessoas em situação de rua. A ação, viabilizada no contexto do Projeto Riacho Grande, desenvolvida ao longo de um ano, contou com investimento voluntário superior a R\$ 1,4 milhão e promoveu melhorias estruturais e funcionais no local, incluindo a criação de novos ambientes e a doação de insumos como móveis e eletrodomésticos, beneficiará diretamente a comunidade atendida pela instituição.

¹ com base no ano de 2022

Indicadores de Sustentabilidade

Desempenho das Fontes de Emissão de CO₂

No trimestre, a Companhia anunciou sua meta de alcançar emissões líquidas Zero (*Net Zero*) até 2050, com redução de 60% até 2040, abrangendo os escopos 1, 2 e 3. Para viabilizar esse compromisso, a Companhia vem intensificando ações preventivas, como o controle rigoroso de perdas do gás SF₆ (gás de efeito estufa de alto impacto) e a redução contínua do tempo de resposta para manutenções corretivas, o que resultou em uma queda de 61% nas perdas em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, houve redução de 12% no consumo de energia em relação ao 3T24, impulsionada pela autogeração de energia limpa por meio de usinas solares fotovoltaicas. Também se destaca a redução no consumo de diesel 12%, na comparação 9M25 vs 9M24 em fontes estacionárias, como geradores, representando um avanço relevante na diminuição das emissões diretas. Essas medidas integram a estratégia de descarbonização da operação e contribuem diretamente para o atingimento das metas climáticas estabelecidas.



Saúde e Segurança do Trabalho ("SST")

No terceiro trimestre, foram registrados 6 acidentes sem afastamento e 5 acidentes com afastamento, além de 1 óbito com colaborador terceiro. Segurança é valor inegociável, portanto, foram realizadas diversas ações de cuidado com a vida como forma de reforçar o trabalho de prevenção a acidentes e cultura de segurança. Destacam-se a Parada de Segurança, SIPAT e Parada pela Vida, que reforçaram o compromisso com a prevenção e o ambiente seguro.

Foram realizados workshops técnicos e implantado o Programa Padrinho, com foco em gestão prática de segurança.

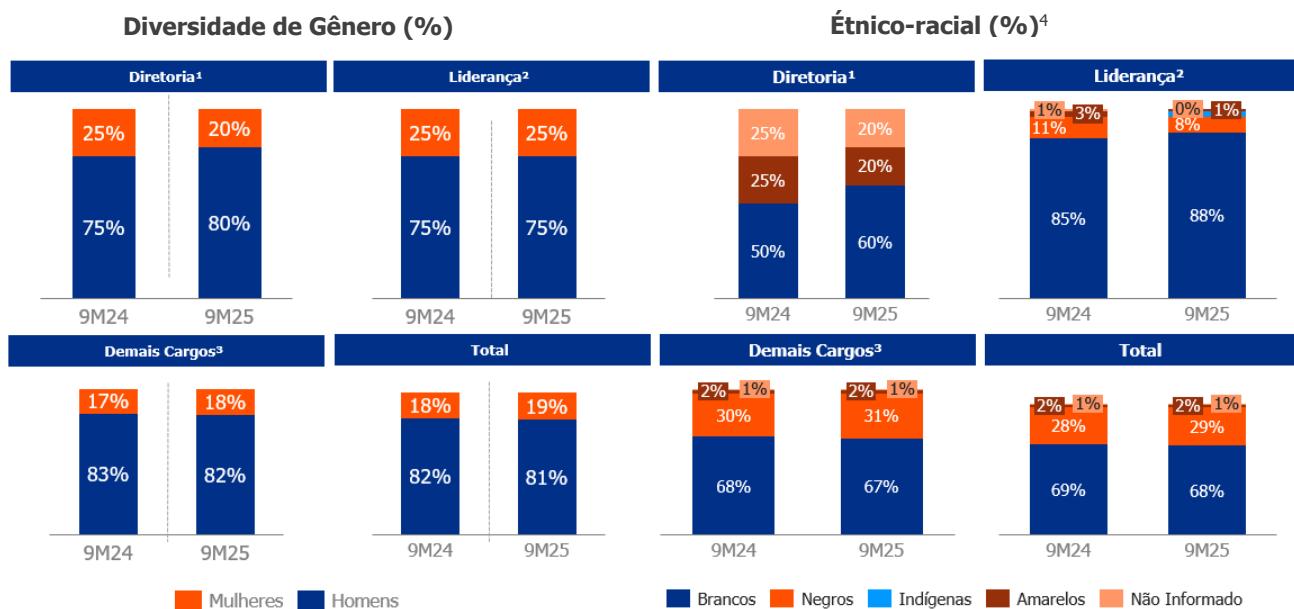
Iniciaram-se testes com câmeras corporais no Projeto Piraquê e auditorias em projetos de Leilões, visando maior transparência nas análises de campo. No eixo de saúde mental, a Campanha Setembro Amarelo promoveu escuta ativa e acolhimento. A Semana pela Vida, em parceria com Ecopetrol e ISA Energia, reafirmou o compromisso institucional com a valorização da vida.

Diversidade

O Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia segue consolidando sua atuação estratégica voltada à atração, desenvolvimento e aceleração de carreira de colaboradores(as) dos grupos de afinidade: Mulheres, Pessoas com Deficiência, Raça e Etnia, e LGBTI+. Neste trimestre, a Companhia promoveu ações de sensibilização e engajamento, como o workshop "Diálogo Inclusivo" e rodas de conversa temáticas, que estimularam reflexões sobre inclusão, bem-estar e equidade no ambiente corporativo. Os encontros dos grupos de afinidade e o *Road show* de Diversidade junto às diretorias reforçaram a governança do programa e apresentaram o plano "Liderança em Ação", com foco na contratação intencional de talentos diversos em todos os níveis hierárquicos. Em setembro, a campanha "Protagonismo que Inclui | Acessibilidade é atitude diária que transforma" destacou a trajetória de colaboradores(as) com deficiência e promoveu o letramento sobre capacitismo, incentivando a cultura de aliados.

Categoria / Colaboradores	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Acidentes sem afastamento						
Próprios	1	0	N.A.	3	0	N.A.
Terceiros	5	3	0,7	0	6	-1,0
Total	6	3	1,0	3	6	-0,5
Acidentes com Afastamento						
Próprios	0	2	-1,0	16	2	7,0
Terceiros	5	1	4,0	10	3	2,3
Total	5	3	1	26	5	4,2
Acidentes com óbitos						
Próprios	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Terceiros	1	0	N.A.	1	0	N.A.
Total	1	0	N.A.	1	0	N.A.
Taxa de frequência de acidentes						
Próprios	1,2	1,5	-0,2	1,3	0,8	0,5
Terceiros	1,9	2,5	-0,2	1,6	1,3	0,2

Os indicadores de diversidade demonstram avanços importantes: a representatividade feminina em cargos de liderança atingiu 25%, superando a meta prevista para 2025, enquanto pessoas pretas e pardas ocupam 29% das posições na empresa, sendo 11% em liderança.



¹ Os indicadores de diversidade consideram o total de colaboradores no último dia de cada período.

² Diretores estatutários e Presidente.

³ Diretores empregados, Gerentes e Coordenadores.

⁴ Especialistas e demais cargos, exceto Conselheiros, Aprendizes e Estagiários.

⁵ As informações étnico-racial são feitas de acordo com as classificações do IBGE.

Comportamento ético

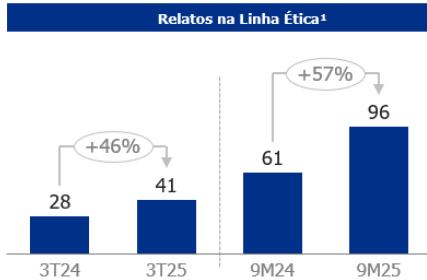
No 3T25, a Companhia recebeu 41 denúncias pela Linha Ética (+46% vs 3T24). Esse crescimento reflete o fortalecimento da cultura de integridade e a maior confiança no canal, que se consolida como uma ferramenta efetiva de escuta e responsabilização.

Das denúncias, 5 seguem em análise e 36 foram encerradas. As investigações realizadas confirmaram como procedentes 6 denúncias, que foram encaminhadas para avaliação pelo Comitê de Ética e receberam aplicação de medidas disciplinares como dispensas sem justa causa ou advertências verbais.

Não foram recebidos relatos relacionados a corrupção, suborno, concorrência desleal ou violações ao meio ambiente.

O website da Linha Ética foi o canal mais utilizado, concentrando 63% dos registros de forma digital, e 51% dos denunciantes optaram pelo anonimato. Além disso, a Companhia promoveu o Workshop de Governança Interna e Interação com Autoridades Públicas, com foco na análise de casos práticos de interação com agentes públicos, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre riscos envolvidos, cuidados necessários e condutas corretas a serem adotadas no dia a dia.

¹São consideradas denúncias confirmadas aquelas analisadas e entendidas como verdadeiras.



Conformidade Ambiental

A Companhia não registrou multas significativas¹ por não conformidade ambiental no período, tendo recebido apenas uma advertência e um auto de infração, do qual a empresa apresentou defesa demonstrando a regularidade da atuação e a ausência de infração.

¹ Multa não significativa: Sanções por não conformidade ambiental (valor inferior a US\$10 mil).

EVENTOS SUBSEQUENTES

20ª emissão de debêntures

Em 27 de outubro de 2025, a Companhia concluiu o processo de captação de recursos por meio da 20ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no montante total de R\$ 2.000 milhões. Os prazos de vencimento da oferta foram definidos em 12 e 15 anos contados da data de emissão e os custos de IPCA + 6,66% e IPCA + 6,64%. [Clique aqui](#) para acessar os documentos da oferta.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Revisão Tarifária Periódica (RTP) - Contratos Licitados

RTP Licitadas 2025

Em julho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.475/2025 ([clique aqui](#)), a qual reposicionou a RAP dos contratos dos empreendimentos licitados com RTP prevista para o ciclo tarifário em julho de 2024, entre eles: 026/2009 (IE Serra do Japi), 001/2020 (Evrecy), 006/2020 (IE Tibagi) e 007/2020 (IE MG) das empresas controladas.

O índice de reposicionamento econômico real médio foi de +4,47%, com impacto positivo de R\$ 6,9 milhões em valor absoluto. O que representa um aumento de 0,11% na RAP Potencial de R\$ 6,2 bilhões da Companhia (Ciclo 24/25), sem considerar PA's. Considerando o IPCA do período de 5,32%, o índice de reposicionamento nominal médio, ponderado pela participação da ISA ENERGIA BRASIL, para essas concessões foi de 10,02%:

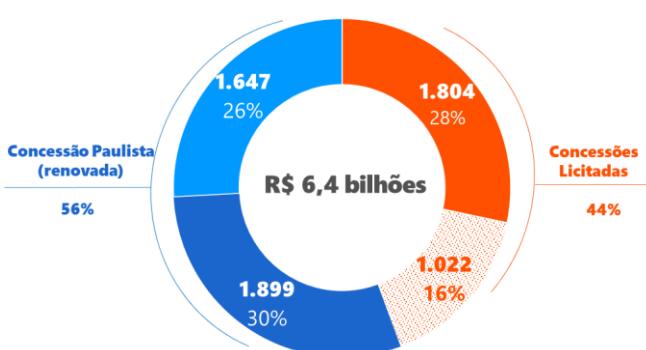
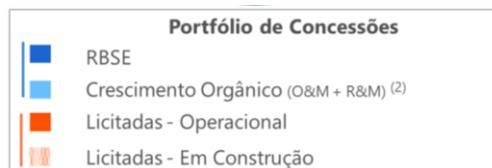
Empresa	Particip. ISA ENERGIA BRASIL (%)	Contrato	RTP 2025 Licitadas						Impacto na RAP (A x B) (R\$ milhões)	
			RAP (R\$ milhões, sem PA)			Índice Repositionamento				
			Vigente (jun/24) (A)	Revisada (jun/25)	var R\$	Nominal	Real (B)			
IE SERRA DO JAPI	100%	026/2009	55,3	62,4	+7,1	12,86%	7,16%	4,0		
EVRECY	100%	001/2020	50,2	53,0	+2,7	5,46%	0,13%	0,1		
IE TIBAJI	100%	006/2020	7,6	7,5	-0,1	-1,69%	-6,65%	-0,5		
IEMG	100%	007/2020	40,5	46,1	+5,7	14,00%	8,24%	3,3		
Total			153,6	169,0	+15,4	10,02%	4,47%	6,9		
Total Particip. ISA ENERGIA BRASIL			153,6	169,0	+15,4	10,02%	4,47%	6,9		

Cabe destacar que apenas o contrato 026/2009, da subsidiária controlada IE Serra do Japi, apresentou valores de PA, devido a efeitos retroativos de RAP de reforços que entraram em operação entre os anos de 2018 e 2022, no montante de R\$ 0,3 milhão. O valor será recebido anualmente até a próxima revisão tarifária, prevista para julho de 2030.

RAP Ciclo 2025/2026

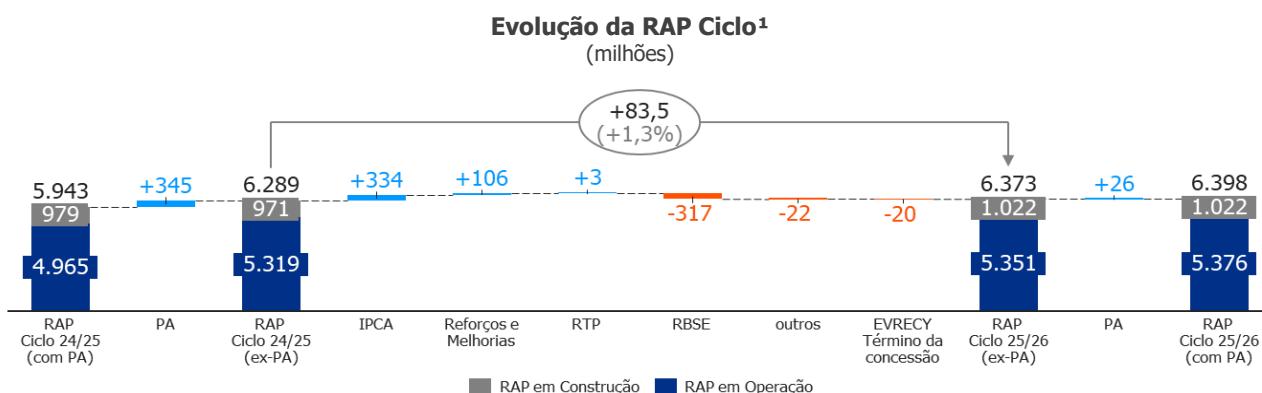
Em 15 de julho de 2025 foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.481/2025 ([clique aqui](#)), que estabeleceu a RAP da ISA ENERGIA BRASIL e suas empresas controladas e controladas em conjunto pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo Tarifário de 12 meses compreendendo o período de 01 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 (ciclo 2025/2026).

RAP Ciclo 2025/2026¹



¹ Receita Anual Permitida ("RAP") ciclo 2025/2026 | ² Operação e Manutenção + Reforços e Melhorias

De acordo com a REH nº 3.481/2025, a RAP do Consolidado e empresas controladas em conjunto, líquida de PIS e COFINS passou a ser de R\$ 6.372,74 milhões no ciclo 25/26, ponderada pela participação da ISA ENERGIA BRASIL (base junho de 2025). A RAP da Concessão Paulista (contrato renovado 059/2001), incluindo Reforços e Melhorias, RBSE e a parcela de Operação de Manutenção (O&M), representa 56% do total, enquanto 44% referem-se a contratos licitados provenientes de leilões de transmissão ou aquisições (M&A).



¹ considera valores estabelecidos no momento da publicação das respectivas Resoluções Homologatórias da RAP dos ciclos tarifários.

A RAP do ciclo 25/26 cresceu R\$ 83,5 milhões (+1,3%) em relação ao ciclo tarifário anterior (23/24). Os principais motivos dessa variação são:

- ▲ correção monetária do ciclo 25/26 (IPCA), no total de R\$ 333,8 milhões;
- ▲ novos projetos de R&M que entraram em operação no último ciclo, adicionando R\$ 105,7 milhões;
- ▲ trajetória decrescente da RAP de O&M conforme estabelecido na RTP de 2024;
- ▼ redução de R\$ 317,0 milhões do componente financeiro da RBSE;
- ▼ fim do contrato de concessão da Evrecy em julho de 2025.

Além disso, a resolução também definiu valores das PA's a serem compensadas no mesmo período para tratar eventuais ajustes financeiros. O valor total da PA, considerando o total Consolidado e o montante proporcional à participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto, foi de R\$ 26 milhões para o ciclo 25/26, conforme descrito abaixo:

- ▲ R\$ 100 milhões referentes à RTP da Concessão Paulista;
- ▲ R\$ 40 milhões em anuidade melhorias;
- ▲ R\$ 6 milhões de projetos autorizados sem RAP prévia;
- ▲ R\$ 2 milhões relacionados à RTP dos ativos IENNE, Jaguar 9 e Serra do Japi;
- ▼ R\$ -98 milhões para compensar superávit de arrecadação do período anterior;
- ▼ R\$ -10 milhões relacionados às Demais Instalações de Transmissão ("DIT");
- ▼ R\$ -14 milhões de outros ajustes.

Segue abaixo quadro resumo da RAP ciclo 25/26. Os valores são líquidos de PIS e COFINS, incluem encargos regulatórios P&D, TFSE e RGR e excluem os encargos CDE e PROINFRA.

Concessionária	Contrato	Projeto	índice	Controladora					RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	PA	RAP Ciclo 25/26 com PA	RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA	
				RAP Ciclo 24/25 REH 3.216	Inflação	R&M	RTP	Outros ¹						
				REH 3.216	REH 3.348	Total	com PA							
ISA ENERGIA BRASIL	059/2001	O&M		813	43	95	0	-22	929		1.009	813	14,3%	
		R&M	IPCA	682	36	-0	0	0	718	80	718	682	5,2%	
		RBSE		2.105	112	-0	0	-317	1.899		1.899	2.105	-9,8%	
	012/2016	PBTE	IPCA	223	12	0	0	0	235	-8	226	223	5,3%	
Total Controladora Operacional				3.823	203	94	0	-339	3.781	72	3.853	3.823	-1%	
Subsidiárias Controladas														
Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 24/25 REH 3.216	Inflação	R&M	RTP	Outros ²	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	PA	RAP Ciclo 25/26 com PA	RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA	
				REH 3.216	REH 3.348	Total	com PA							
Subsidiárias (100%) em operação				733	38	12	3	-0	766	-18	748	713	7%	
IE Aguapeí	046/2017	Aguapeí	IPCA	76	4	3	0	0	83	-4	79	76	10%	
IE Itaúnas	018/2017	Itaúnas	IPCA	68	4	0	0	0	72	-3	69	68	5%	
IE Itaquerê	027/2017	Itaquerê	IPCA	67	4	0	0	0	71	-2	69	67	5%	
IEMG	004/2007	IEMG	IPCA	14	1	1	0	0	15	2	18	14	10%	
	007/2020	Triângulo Mineiro ³	IPCA	44	2	0	0	0	46	-2	44	44	5%	
IENNE	001/2008	IENNE	IPCA	68	4	0	0	0	71	-2	69	68	5%	
IE Japi	026/2009	Serra do Japi	IPCA	57	3	0	2	0	62	1	63	57	10%	
IE Jaguar 9	015/2008	Getulina	IPCA	66	3	8	0	-0	77	-3	74	66	18%	
IE Biguaçu	012/2018	Biguaçu	IPCA	53	3	0	0	0	56	-2	54	53	5%	
IE Jaguar 6	143/2001	Botucatu-Xavantes	IGP-M	19	1	0	0	0	21	-1	20	19	7%	
	042/2017	Bauru	IPCA	15	1	0	0	0	16	-1	16	15	5%	
IE Tigabi	026/2017	Tibagi	IPCA	22	1	0	0	0	24	-1	23	22	5%	
	006/2020	Três Iagoas	IPCA	7	0	0	0	0	7	-0	7	7	5%	
IE SUL	016/2008	Forquilha	IPCA	19	1	0	0	0	20	-1	20	19	5%	
	013/2008	Scharlau	IPCA	8	0	0	0	0	9	-1	8	8	5%	
Evrecy	001/2020	Minuano	IPCA	50	3	0	0	0	53	1	54	50	5%	
	020/2008	Evrecy	IGP-M	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
IE Itapura	021/2018	Lorena	IPCA	17	1	0	0	0	18	-1	18	17	5%	
	021/2011	Itapeti	IPCA	9	0	0	0	0	9	-0	9	9	5%	
IE Jaguar 8	012/2008	Piratininga	IPCA	15	1	0	0	0	16	0	16	15	5%	
IE Pinheiros	018/2008	Atibaia II	IPCA	8	0	0	0	0	9	-0	8	8	5%	
IE Tibagi	014/2023	Água Vermelha	IPCA	8	0	0	0	0	8	0	8	8	5%	
Consolidado ISA ENERGIA BRASIL em operação				4.556	242	106	3	-339	4.547	53	4.601	4.536	0%	
Subsidiárias Controle Compartilhado														
Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 24/25 REH 3.216	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	PA	RAP Ciclo 25/26 com PA	RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA	
				REH 3.216	REH 3.348	Total	com PA							
Subsidiárias (não consolidadas) em operação				1.508	80	0	0	0	1.588	-55	1.534	1.508	5%	
IE Madeira (51%)	013/2009	Lote D	IPCA	388	21	0	0	0	408	-15	394	388	5%	
	015/2009	Lote F	IPCA	335	18	0	0	0	352	-11	341	335	5%	
IE Paraguaçu (50%)	003/2017	Paraguaçu	IPCA	154	8	0	0	0	162	-6	157	154	5%	
IE Garanhuns (51%)	022/2011	Garanhuns	IPCA	150	8	0	0	0	158	-6	152	150	5%	
IE Aimorés (50%)	004/2017	Aimorés	IPCA	103	5	0	0	0	109	-4	105	103	5%	
IE Ivaí (50%)	022/2017	Ivaí	IPCA	379	20	0	0	0	399	-15	384	379	5%	
Participação ISA ENERGIA BRASIL				763	41	0	0	0	803	-28	776	763	5%	
ISA ENERGIA BRASIL Total em operação				5.319	282	106	3	-339	5.351	26	5.376	5.299	1%	
PROJETOS EM CONSTRUÇÃO														
Concessionária	Contrato	Projeto	índice	RAP Ciclo 24/25 REH 3.216	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 25/26 REH 3.348	PA	RAP Ciclo 25/26 com PA	RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA	
				REH 3.216	REH 3.348	Total	com PA							
Concessões Controladora em Construção				867	46	0	0	0	913	0	913	867	5%	
ISA ENERGIA BRASIL	008/2022	Piraquê	IPCA	326	17	0	0	0	343	0	343	326	5%	
	006/2023	Serra Dourada	IPCA	306	16	0	0	0	322	0	322	306	5%	
	012/2023	Itatiaia	IPCA	236	13	0	0	0	248	0	248	236	5%	
Concessões Controladas em Construção				104	6	0	0	0	109	-0	109	104	5%	
IE Riacho Grande	005/2021	Riacho Grande	IPCA	88	5	0	0	0	93	-0	93	88	5%	
IE Jaguar 8	011/2022	Jacarandá	IPCA	15	1	0	0	0	16	0	16	15	5%	
ISA ENERGIA BRASIL em construção				971	52	0	0	0	1.022	-0	1.022	971	5%	
ISA ENERGIA BRASIL TOTAL (OPERAÇÃO + CONSTRUÇÃO)				6.289	334	106	3	-339	6.373	26	6.398	6.269	2%	

Renovação Concessão Paulista - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei 12.783/2013. Com isso o prazo da concessão foi prorrogado até dezembro de 2042 e o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (*) e do SE (**) foram garantidos à Companhia.

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R\$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015 (nota 14.1.3 (ii) das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

Em 2016, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 336/2016 que apresentou proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120/2016 do MME para a metodologia de cálculo do custo de capital (Ke) e do cálculo da RAP e determina os valores do SE e prazos de pagamento para as concessionárias. Em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R\$4.094.440, na data base 31 de dezembro de 2012. Na metodologia contábil pelo modelo IFRS, o impacto inicial dos valores da RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como "Ativos da concessão" (nota 5.1 das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

A Nota técnica nº 108/2020 – SGT/ANEEL, de 25 de junho de 2020, recalcoulou os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizou os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigentes.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 1.2a das demonstrações financeiras referentes ao 4T24). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornaram aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

Após a homologação do resultado da RTP das Transmissoras (ReH 2.851/21), que incluiu o reperfilamento do recebimento do componente financeiro do RBSE, a ABIAPE/ABRACE/ESBR apresentaram pedido de reconsideração, pós trânsito em julgado, questionando o cálculo do componente financeiro do RBSE e o reperfilamento. Em junho de 2021, a Superintendência Geral de Tarifas ("SGT") da ANEEL publicou a NT 117/2021 e emitiu comunicado público explicando não existirem erros de cálculo e tampouco erros metodológicos. Entretanto, em junho de 2022, a SGT da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento do RBSE e, neste mesmo mês, ocorreu decisão monocrática (Despacho nº 1.762/2022) deliberada por diretor da ANEEL sobre o referido tema. Após decisão colegiada da diretoria da ANEEL, a decisão monocrática foi suspensa. Em abril de 2023, a SGT publicou a nova nota técnica (85/2023), que trata das manifestações acerca NT 085/2022 e o Ofício-Circular nº 23/2022, de 16 de agosto de 2022.

Em reunião de Diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") decidiu sobre o pedido interposto por agentes de mercado sobre Resolução Homologatória 2.851/21, que trata dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE – Rede Básica Sistema Existente e, com isso, encerrou a discussão do tema em âmbito administrativo. A Diretoria votou pela aplicação parcial das indicações propostas na Nota Técnica 85/2023 ("NT85") e decidiu por: (i) manutenção da metodologia de cálculo postecipado; (ii) criação de novo perfil de pagamento com a separação em dois fluxos; (iii) e atualização do WACC a cada Revisão Tarifária Periódica.

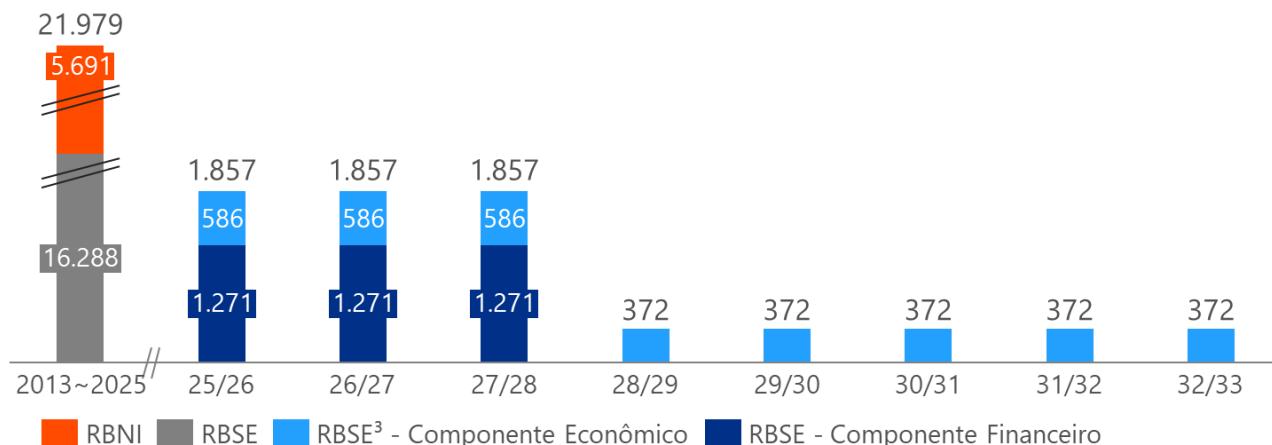
Além da discussão em âmbito administrativo que se encerrou em junho de 2025, está em tramitação o Processo nº TC 012.715/2017-4 perante o Tribunal de Contas da União ("TCU"), cujo objeto é a avaliação da conformidade e transparência da metodologia da definição dos valores dos ativos de transmissão existentes em 31/05/2000, mas não amortizados, bem como à metodologia de atualização e repasse desses valores à tarifa de energia elétrica pendente de análise. Em 05/07/2023, o Ministério Público do Tribunal de Contas da União – MPTCU manifestou-se favoravelmente ao ingresso da ISA ENERGIA BRASIL como parte interessada e concluiu que a opção regulatória do MME deve ser respeitada pelo TCU. A apreciação do referido processo pela Corte ainda está pendente.

Não se pode descartar a possibilidade de novas judicializações acerca do tema, tampouco pode-se desconsiderar a possibilidade de novas decisões judiciais alterarem uma ou mais condições do pagamento do RBSE. Eventuais novas

decisões judiciais, dependendo do seu conteúdo e abrangência, se não revertidas a tempo e modo, podem trazer ou não impactos significativos ao recebimento da Companhia exigindo, inclusive, conforme o caso, a revisão de planos de investimentos, distribuição de proventos e estratégia corporativa, além dos regulares registros contábeis de tais impactos.

Considerando-se decisão da ANEEL em reunião de diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025 e com base no reajuste tarifário para o ciclo 25/26, segue o fluxo de pagamentos dos valores devidos referente a renovação da Concessão Paulista:

Fluxo de Recebimento da RBSE Pós Decisão da ANEEL em 2025^{1 2 3 4}



¹ Valores reais, data base junho de 2025, com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 12/2024.

² Desconsidera a parcela de CAIMI e Outras Receitas da RAP do RBSE.

³ Movimentação da base de ativos que compõe o RBSE deverá reduzir gradualmente a parcela de RAP do componente econômico, e após o ciclo 33/34, permanecerá somente o valor referente a remuneração de capital de terrenos e almoxarifado até o fim da concessão, em 2042.

⁴ Fluxo previsto do ciclo 28/29 a 32/33 foi estimado com base no laudo e nas premissas definidas na RTP de 2023. Os valores serão reavaliados no processo de revisão tarifária de 2028.

(*) NI – instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000

(**) SE – instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58, aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle, admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja operacionalização ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA ENERGIA BRASIL e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados. A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, glosas passaram a ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obteve liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA ENERGIA BRASIL faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Ação de Cobrança

Desde 2005, a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA ENERGIA BRASIL tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela Companhia está sendo cobrada por meio de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ, que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de setembro de 2025, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2,7 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos, realizada em 2013.

Entre agosto de 2018 e março de 2019, a ISA ENERGIA BRASIL recebeu repasse integral da SEFAZ em razão de decisão judicial liminar, posteriormente suspensa pelo STJ até julgamento do recurso da SEFAZ.

O recurso da SEFAZ foi julgado monocraticamente no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em março de 2024, determinando o retorno do processo ao TJSP, que deverá delimitar na decisão a responsabilidade de cada uma das partes entre si em relação às parcelas e rubricas que compõem as complementações de aposentadoria. Foi determinada a manutenção do pagamento das glosas pela ISA ENERGIA BRASIL (como ocorre desde 2005) até o trânsito em julgado da ação.

Em outubro de 2024, o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), por convenção das partes para tentativa de conciliação, suspendeu por 180 (cento e oitenta) dias o trâmite processual da ação de cobrança. Em 22 de maio de 2025 foi realizada audiência de instalação da mediação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos do STJ ("CEJUSC/STJ") com a presença da Procuradoria do Estado de São Paulo, na qual renovou-se o prazo de suspensão do processo por mais 180 dias. Foram realizadas audiências nos dias 04 e 13 de agosto e no dia 19 de setembro. Ainda foram designadas as seguintes audiências de mediação:

- 09 de outubro de 2025 – sessão privada da mediadora com a Fundação CESP ("VIVEST");
- 22 de outubro de 2025 – sessão privada de mediação com o Estado de São Paulo ("PGE-SP");
- 29 de outubro de 2025 – sessão privada da mediadora com a ISA ENERGIA BRASIL;
- 04 de novembro de 2025 – sessão conjunta de mediação.

A tentativa de conciliação amigável não significa prejuízo aos direitos da Companhia e não altera qualquer decisão judicial vigente ou o atual fluxo de pagamentos. Caso a tentativa de conciliação seja infrutífera, o processo voltará a fluir como anteriormente.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no TJSP.

GLOSSÁRIO

ADTV (Average Daily Traded Volume) - Volume médio diário negociado.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria. A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas, sendo a TUST a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão – DIT.

CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) - Receita pelos investimentos em ativos. É composto pela remuneração do capital e pela quota de reintegração regulatória (QRR).

CAGR (Compound Annual Growth Rate) - Taxa de crescimento anual composto.

CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção) - Parcela da receita que pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.

CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) - Encargo regulatório para promover a universalização do serviço de energia e subsidiar os consumidores baixa renda.

Crescimento orgânico - Crescimento por meio de investimentos em reforços e melhorias.

CVM (Comissão de valores mobiliários) – autarquia vinculada ao ministério da fazenda, que tem o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários do Brasil.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization) - Lucro antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e amortização.

Encargos regulatórios – São arrecadados pelas Transmissoras e repassados à CCEE, à ANEEL, ao MME e/ou investidos em projetos de P&D. Tem efeito neutro na Transmissora.

Energização - Início de operação de um empreendimento (reforço, melhoria ou *greenfield*).

DIT (Demais Instalações de Transmissão) - são instalações que não fazem parte da Rede Básica, geralmente por operarem em tensões inferiores a 230 kV ou por atenderem a usos específicos.

Greenfield - projetos de crescimento arrematados por meio de leilões e construídos do zero.

IBBC (Índice Bovespa BR+ Cap 5% da B3) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos com maior negociabilidade e representatividade. Seu nome "Cap 5%" indica que o peso máximo de um único ativo na carteira é de 5%. Ele é composto tanto por ações brasileiras quanto por BDRs de empresas cuja listagem primária é nos EUA.

IBBE (Índice Bovespa BR+ Equal Weight B3) - índice da bolsa brasileira que busca refletir o desempenho médio de um conjunto de ações com participação igual (*equal weight*), em vez da ponderação por capitalização de mercado usual no Ibovespa tradicional. Seu objetivo é oferecer uma visão menos concentrada do mercado, onde o desempenho de grandes empresas não distorce tanto a performance geral do índice.

IBBR (Índice Bovespa B3 BR+) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos com maior negociabilidade e representatividade. Composto de ações, units e BDRs de empresas brasileiras.

IBEP (Índice Bovespa B3 Empresas Privadas) - indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que possuem controle acionário privado.

IBEW (Índice Bovespa B3 Equal Weight) - indicador de desempenho médio dos ativos que compõem o Ibovespa, atribuindo peso igual a cada ação na composição do índice.

IBOV B3 (Índice Bovespa B3) - principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3 e reúne as empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro. É composto pelas ações que representem 85% em ordem

decrecente de Índice de Negociabilidade (IN) (buffer 90%); 95% de presença em pregão; 0,1% do volume financeiro no mercado a vista (lote-padrão); e não ser penny stock.

IBRA – (Índice Brasil amplo) - indicador do desempenho médio das cotações de todos os ativos negociados no mercado a vista (lote-padrão) da B3 que atendam a critérios mínimos de liquidez e presença em pregão, de forma a oferecer uma visão ampla do mercado acionário.

IBRX100 (Índice Brasil 100) - indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

IBSD (Índice Bovespa Smart Dividendos) - indicador de desempenho médio dos ativos de empresas listadas que se destacam em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

IBVL (Índice Bovespa Smart Low Volatility B3) - indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que possuem menor volatilidade nos retornos diários.

ICO2 (Índice Carbono eficiente) - adesão das companhias ao ICO2 B3 demonstra o comprometimento com sua eficiência na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e na adoção de práticas de gestão que conduzam a uma maior eficiência nessas emissões, contribuindo para o avanço da transição para uma economia de baixo carbono.

IDIV (Índice dividendos) - desempenho médio das cotações dos ativos que se destacaram em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio

IE - Interligação Elétrica.

IEE (Índice de Energia Elétrica) - Índice setorial da Bolsa (B3) que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IENS (Índice de Energia não Suprida) - Índice de energia que deixou de ser consumida em decorrência de uma interrupção.

IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) – indicador de desempenho médio das cotações dos ativos de empresas listadas no Novo Mercado ou nos Níveis 1 ou 2 da B3.

IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de emissão de empresas integrantes do IGC.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - medir a inflação de uma série de produtos vendidos no comércio e varejo.

ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial.

JCP (Juros sobre Capital Próprio) – tipo de remuneração que uma empresa pode distribuir aos seus acionistas, sócios ou cotistas.

Leilões de Transmissão de Energia - Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

M&A (Mergers and Acquisitions) - Fusões e aquisições.

Melhoria - compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica.

MLCX (Índice MidLarge Cap) - desempenho médio dos ativos das empresas de maior capitalização da B3.

MME – Ministério de Minas e Energia.

O&M - Operação e Manutenção.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.

Outras Receitas - Receitas auferidas com atividades extra concessão, sendo parcialmente destinadas a contribuir com a modicidade tarifária.

PA (Parcela de Ajuste) - Compensa excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

PMSO - Pessoal, Materiais, Serviços e Outros.

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica encargo regulatório para subsídios às fontes alternativas de energia).

PV (Parcela Variável) - Penaliza a receita do ativo em função da indisponibilidade.

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento.

RAP (Receita Anual Permitida) - Remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é paga às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro ou cinco anos, nos termos dos contratos de concessão. Para as transmissoras que tiveram o seu contrato de concessão renovado, a RAP foi calculada com base nos custos de Operação e Manutenção, conforme estabelece a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em casos nos quais os estudos indicam a necessidade de reforços na concessão de transmissão, a ANEEL calcula um valor adicional à RAP com o intuito de remunerar as novas instalações, sempre por meio de uma Resolução Autorizativa.

RB (Rede Básica) - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

RBNI (Rede Básica Novos Investimentos) - Parcada da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) - Parcada da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

Reforço - Instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional, de vida útil ou a conexão de usuários, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão.

RGR - Reserva Global de Reversão.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

TCU - Tribunal de Contas da União.

TFSEE - Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica.

TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

UTIL B3 (Índice Utilidade Pública) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do setor de utilidade pública (energia elétrica, água e saneamento e gás).

ANEXOS

Anexo I – Projetos *Greenfield* desde 2016 | Crescimento

Lelões	Projetos	Contrato	Empresa	% ISA ENERGIA BRASIL	UF	Deságio	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 2025/2026	Data de Necessidade ¹	Prazo ANEEL	CapEx ANEEL Participação ISA ENERGIA BRASIL data base leilão (R\$ milhões)	CapEx ISA ENERGIA BRASIL total até 30/09/2025 (R\$ milhões)	Licenci. Ambiental (L1)	Início da Construção	Avanço Fundiário ³	Avanço Físico ⁴	Entrada em Operação Comercial ⁵
013/2015 (out/2016)	Paraguaçu (Lote 3)	003/2017	IE Paraguaçu	50%	BA/MG	0,0%	162,4	jan-19	fev-22	255	333	✓	2T19	100%	100%	3T22
	Aimorés (Lote 4)	004/2017	IE Aimorés	50%	MG	0,0%	108,8	jan-19	fev-22	171	208	✓	2T19	100%	100%	2T22
	Itáuñas (Lote 21)	018/2017	IE Itáuñas	100%	ES	25,1%	72,1	jul-18	jun-22	298	374	✓	3T18	100%	100%	4T23
005/2016 (abr/2017)	Ivaí (Lote 1)	022/2017	IE Ivaí	50%	PR	33,2%	398,7	fev-21	ago-22	968	1.050	✓	4T19	100%	100%	4T22
	Tibagi (Lote 5)	026/2017	IE Tibagi	100%	SP / PR	32,2%	23,7	jan-17	ago-21	135	118	✓	3T18	100%	100%	4T20
	Itaquerê (Lote 6)	027/2017	IE Itaquerê	100%	SP / PR	44,5%	70,8	jun-18	ago-21	398	256	✓	3T18	100%	100%	3T20
002/2018 (jun/2018)	Aguapeí (Lote 29)	046/2017	IE Aguapeí	100%	SP / PR	52,7%	83,2	dez-18	ago-21	602	363	✓	3T19	100%	100%	1T21
	Bauru (Lote 25)	042/2017	IE Jaguar 6	100%	SP	57,6%	16,2	ago-19	fev-21	126	63	✓	2T18	100%	100%	3T19
	Lorena (Lote 10)	021/2018	IE Itapura	100%	SP	73,9%	18,3	jan-20	set-22	238	126	✓	3T19	100%	100%	4T21
002/2019 (dez/2019)	Biguaçu (Lote 1)	012/2018	IE Biguaçu	100%	SC	66,7%	56,3	set-21	set-23	641	456	✓	1T21	100%	100%	3T22
	Minuano (Lote 1)	001/2020	Ercy	100%	RS	66,9%	53,0	jan-20	mar-25	682	736	✓	3T22	100%	100%	4T24
	Três Lagoas (Lote 6)	006/2020	IE Tibagi	100%	MS / SP	68,1%	7,5	jan-20	set-23	99	87	✓	2T21	100%	100%	2T22
001/2020 (dez/2020)	Triângulo Mineiro (Lote 7)	007/2020	IEMG	100%	MG	65,4%	46,1	jan-20	mar-25	554	520	✓	1T22	100%	100%	3T23
	Riacho Grande (Lote 7)	005/2021	IE Riacho Grande	100%	SP	57,9%	93,1	jan-26	mar-26	1.141	836	✓	3T23	100%	98%	-
	Piracuruá (Lote 3)	008/2022	ISA ENERGIA BRASIL	100%	MG / ES	46,8%	343,1	jan-26	set-27	3.654	3.199	✓	3T24	100%	82%	-
001/2022 (jun/2022)	Jacarandá (Lote 6)	011/2022	IE Jaguar 8	100%	SP	59,2%	16,1	mar-26	mar-26	232	93	✓	3T24	78%	70%	-
	Serra Dourada (Lote 1)	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	BA/MG	44,8%	321,8	imediatamente	mar-29	3.157	430	4T25	-	73%	24%	-
	Itatiaia (Lote 7)	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	RJ/MG	41,8%	248,2	imediatamente	mar-29	2.342	166	3T25	-	69%	25%	-
001/2023 (jun/2023)	Água Vermelha (Lote 9)	014/2023	IE Tibagi	100%	SP	50,4%	8,5	imediatamente	set-26	94	87	✓	3T24	100%	100%	2T25
	Total (19)			47,2%	2.147,8	-	-			15.785	9.502	-	-	-	-	-

[Clique aqui](#) para acessar a planilha.

Anexo II – Investimentos em Projetos

Investimentos (R\$ milhões)	Consolidado + Controladas em Conjunto					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Reforços & Melhorias	437,9	376,4	16,3%	1.123,2	959,9	17,0%
Projetos Greenfield	767,5	491,5	56,2%	2.292,4	1.383,3	65,7%
100% ISA ENERGIA BRASIL	756,8	491,5	54,0%	2.281,6	1.383,3	64,9%
Piraquê	503,6	257,7	95,4%	1.578,9	763,4	106,8%
Riacho Grande	70,0	115,9	-39,6%	305,7	215,8	41,7%
Serra Dourada	124,0	25,0	395,4%	217,9	143,9	51,4%
Água Vermelha	0,0	6,5	-100,0%	52,2	12,5	319,1%
Itatiaia	30,2	10,4	191,2%	70,5	67,5	4,3%
Jacarandá	30,3	3,2	836,2%	57,7	6,2	831,1%
Minuano	-1,3	70,5	-101,9%	-1,3	161,2	-100,8%
Triângulo Mineiro	0,0	1,4	-100,0%	0,0	13,6	-100,0%
Biguaçu	0,0	0,2	-100,0%	0,0	-6,9	N.A
Itapura-Lorena	0,0	0,0	N.A	0,0	2,0	-100,0%
Tibagi	0,0	0,0	N.A	0,0	-0,2	N.A
Três Iagoas	0,0	0,0	N.A	0,0	-0,2	N.A
Itaquerê	0,0	0,7	-100,0%	0,0	4,3	-100,0%
Itaúnas	0,0	0,0	N.A	0,0	0,2	-100,0%
Controladas em conjunto	10,8	0,0	N.A	10,8	0,0	N.A
Aimorés	10,8	0,0	N.A	10,8	0,0	N.A
Total	1.205,4	867,9	38,9%	3.415,5	2.343,2	45,8%

Nota: Considera a participação proporcional da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas não consolidadas (controladas em conjunto).

Anexo III - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	719.176	2.914.747
Aplicações financeiras	1.700.986	485.995
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	515.413	259.819
Estoques	49.170	39.928
Serviços em Curso	0	0
Tributos e contribuições a compensar	401.625	453.046
Instrumentos financeiros derivativos	21.379	41.658
Créditos com partes relacionadas	97.419	118.989
Despesas pagas antecipadamente	25.477	19.461
Caixa restrito	0	1.273
Outros	127.092	221.724
	3.657.737	4.556.640
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	18.261	17.862
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	210.565	624.135
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.706.431	2.563.255
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	438
Cauções e depósitos vinculados	45.201	43.650
Créditos com controladas	0	0
Instrumentos financeiros derivativos	27.218	84.715
Outros	122.550	93.364
	3.130.226	3.427.419
Investimentos	1.471.263	1.721.387
Imobilizado	19.191.009	16.478.040
Intangível	1.775.448	1.782.527
	22.437.720	19.981.954
	25.567.946	23.409.373
Total do Ativo	29.225.683	27.966.013

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	89.425	82.056
Debêntures	337.913	1.109.914
Arrendamento	19.076	12.020
Instrumentos financeiros derivativos	28.777	0
Fornecedores	210.042	184.644
Tributos e encargos sociais a recolher	258.260	139.168
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0
Encargos regulatórios a recolher	74.434	66.750
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	384.617	1.408.488
Obrigações trabalhistas	83.114	71.658
Valores a pagar – Funcesp	786	351
Outros	97.633	271.133
	1.584.077	3.346.182
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	686.788	651.766
Debêntures	13.644.120	11.392.559
Arrendamento	41.171,0	25.489
Instrumentos financeiros derivativos	34.100	0
Fornecedores	2.771	1.393
Benefício a Empregados - Déficit Atuarial	0	0
PIS e COFINS diferidos	24.924	38.083
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.672.561	1.675.869
Encargos Regulatórios a recolher	30.863	30.763
Provisões	152.540	193.721
Reserva Global de Reversão - RGR	0	0
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	670.655	683.178
Outros	334	610
	16.960.827	14.693.431
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	3.590.020	3.590.020
Reservas de capital	666	666
Reservas de lucro	3.845.290	2.958.714
Reserva de Reavaliação	2.663.452	2.846.948
Outros Resultados Abrangentes	92.490	173.351
	10.191.918	9.569.699
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	488.861	356.701
	10.680.779	9.926.400
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	29.225.683	27.966.013

Anexo IV - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.250.582	1.351.133	-7,4%	3.718.702	3.903.973	-4,7%
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.239.400	1.333.644	-7,1%	3.684.824	3.865.200	-4,7%
Outras	11.182	17.489	-36,1%	33.878	38.773	-12,6%
(-) Deduções à Receita Operacional	-178.249	-171.191	4,1%	-485.886	-503.507	-3,5%
Tributos e Contribuições sobre a Receita	-105.611	-117.145	-9,8%	-319.498	-344.412	-7,2%
Encargos Regulatórios	-72.638	-54.046	34,4%	-166.388	-159.095	4,6%
(=) Receita Operacional Líquida	1.072.333	1.179.942	-9,1%	3.232.816	3.400.466	-4,9%
(-) Custos e Despesas Operacionais	-355.245	-449.734	-21,0%	-1.164.048	-1.192.095	-2,4%
Pessoal	-102.391	-114.023	-10,2%	-316.306	-336.133	-5,9%
Material	-5.647	-7.356	-23,2%	-16.870	-18.768	-10,1%
Serviços	-54.050	-52.292	3,4%	-146.005	-149.455	-2,3%
Depreciação	-167.561	-258.052	-35,1%	-591.342	-606.907	-2,6%
Outros	-25.596	-18.011	42,1%	-93.525	-80.833	15,7%
(=) Resultado do Serviço	717.088	730.208	-1,8%	2.068.768	2.208.371	-6,3%
(+/-) Resultado Financeiro	-293.134	-206.009	42,3%	-996.252	-698.502	42,6%
Rendimento de Aplicações Financeiras	90.045	71.000	26,8%	243.406	160.830	51,3%
Resultado da Variação Monetária Líquida	-57.915	-42.118	37,5%	-345.670	-239.872	44,1%
Juros Ativo/Passivos	-152	-7	2071,4%	-2.967	-165	1698,2%
Juros/Encargos sobre empréstimos	-336.504	-234.292	43,6%	-933.258	-613.766	52,1%
Outras	11.392	-592	n.a	42.237	-5.529	n.a
(=) Resultado Operacional	423.954	524.199	-19,1%	1.072.516	1.509.869	-29,0%
(-) Equivalência Patrimonial	100.365	90.296	11,2%	266.983	268.716	-0,6%
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais	3.833	-29.516	n.a	-58.835	-68.593	-14,2%
(=) Resultado Anterior aos Tributos	528.152	584.979	-9,7%	1.280.664	1.709.992	-25,1%
(-) IR e CSLL	39.853	-139.245	n.a	-91.093	-402.521	-77,4%
Corrente	38.604	-110.327	n.a	-45.021	-455.788	-90,1%
Diferido	1.249	-28.918	n.a	-46.072	53.267	n.a
(=) Lucro/Prejuízo Consolidado	568.005	445.734	27,4%	1.189.571	1.307.471	-9,0%
(-) Partic. Acionista não Controlador	-17.975	-14.146	27,1%	-46.547	-41.045	13,4%
(=) Lucro/Prejuízo	550.030	431.588	27,4%	1.143.024	1.266.426	-9,7%

Anexo V – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório¹

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	9M25	9M24
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.661.340	2.456.505
Lucro líquido do período	1.189.571	1.307.471
Benefício a empregados – déficit atuarial	0	33.467
PIS e COFINS diferidos	-13.159	3.885
Depreciação e amortização	656.061	686.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.070	-53.265
Provisão para Demandas judiciais	-47.676	6.389
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	31.711	38.266
Benefício fiscal – ágio incorporado	27	27
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	0	0
Realização da perda em controlada em conjunto	0	0
Resultado de equivalência patrimonial	-266.981	-268.717
Receita sobre aplicações financeiras	-104.762	-106.430
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.264.876	841.467
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	-44.432	8.388
Instrumento Financeiro	-3.418	0
Transações com acionistas não controladores	-46.548	-41.045
(Aumento) diminuição de ativos	648.097	-66.659
Caixa restrito	0	0
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	157.976	35.271
Estoques	-9.242	-7.819
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-143.176	-137.790
Tributos e contribuições a compensar	124.171	-159.808
Despesas pagas antecipadamente	-6.016	-11.074
Cauções e depósitos vinculados	-188	495
Crédito com controladas	0	0
Outros	524.572	214.066
Aumento (diminuição) de passivos	-92.477	168.846
Fornecedores	26.776	10.421
Tributos e encargos sociais a recolher	189.651	498.131
Obrigações trabalhistas	11.456	10.715
Pagamentos de impostos	-136.660	-56.038
Encargos regulatórios a recolher	13.784	4.441
Provisões	-4.896	-20.008
Valores a pagar Vivest	435	-22
Reserva Global de Reversão	-1.861	-1.860
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	-14.873	-61.185
Benefício pós emprego - passivo atuarial	0	-24.213
Outros	-176.289	-191.536
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.216.960	2.558.692
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	-4.336.821	-2.900.286
Caixa restrito	874	4.202
Aplicações financeiras	-5.093.394	-4.654.568
Resgates de Aplicações financeiras	4.115.325	3.930.607
Imobilizado	-3.359.626	-2.267.989
Investimentos	0	0
Caixa adquirido em combinação de negócios	0	0
Dividendos recebidos	0	87.462
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	-1.075.710	159.186
Adições Empréstimos e Debêntures	2.007.347	2.396.381
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (principal)	-1.030.172	-517.686
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (juros)	-719.616	-457.334
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-11.094	-15.194
Pagamentos Arrendamento Mercantil (juros)	0	0
Instrumentos financeiros derivativos	13.660	-7.914
Integralização de capital	0	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-1.335.835	-1.239.067
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	-2.195.571	-182.408
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.914.747	245.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	719.176	63.411
Variação em caixa e equivalentes de caixa	-2.195.571	-182.408

¹O fluxo de caixa indireto contabilizado na metodologia regulatória considera as saídas de caixa relacionadas aos projetos *greenfield*, *brownfield* e de Reforços e Melhorias como fluxos de investimentos.

Anexo VI – Resultado Regulatório Empresas não consolidadas

IE MADEIRA						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Operacional Bruta	278.295	189.385	46,9%	671.076	600.066	11,8%
Deduções à receita operacional	-29.276	-23.374	25,3%	-81.692	-71.400	14,4%
Receita Operacional Líquida	249.019	166.011	50,0%	589.384	528.666	11,5%
Custos e Despesas	-49.465	-19.006	160,3%	-85.649	-50.361	70,1%
Depreciação	-36.457	-36.381	0,2%	-109.839	-103.999	5,6%
EBITDA	199.376	147.005	35,6%	503.441	476.437	5,7%
Resultado do Serviço	163.097	110.624	47,4%	393.896	374.306	5,2%
Resultado Financeiro	-9.746	-13.362	-27,1%	-36.511	-55.300	-34,0%
Outras receitas/despesas líquidas	-178	0	N.A.	-294	-1.867	-84,2%
Lucro antes do IR & CSLL	153.174	97.262	57,5%	357.090	317.139	12,6%
IR & CSLL*	-31.980	-11.584	176,1%	-73.686	-38.565	91,1%
Lucro líquido	121.194	85.678	41,5%	283.405	278.573	1,7%

IE GARANHUNS						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Operacional Bruta	37.319	34.592	7,9%	120.223	114.389	5,1%
Deduções à receita operacional	-5.809	-5.324	9,1%	-16.723	-15.958	4,8%
Receita Operacional Líquida	31.510	29.267	7,7%	103.501	98.432	5,1%
Custos e Despesas	-4.112	-3.425	20,0%	-12.293	-10.662	15,3%
Depreciação	-6.726	-6.350	5,9%	-19.438	-19.047	2,1%
EBITDA	27.398	25.843	6,0%	91.208	87.769	3,9%
Resultado do Serviço	20.672	19.492	6,1%	71.769	68.722	4,4%
Resultado Financeiro	-781	-1.088	-28,2%	-1.963	-3.270	-40,0%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	19.891	18.404	8,1%	69.806	65.452	6,7%
IR & CSLL*	-1.582	-303	421,5%	-4.655	-1.759	164,7%
Lucro líquido	18.309	18.101	1,2%	65.151	63.693	2,3%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no EBITDA	13.973	13.180	6,0%	46.516	44.762	3,9%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no Lucro	9.338	9.231	1,2%	33.227	32.484	2,3%

IE AIMORÉS						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Operacional Bruta	29.772	25.903	14,9%	86.681	81.982	5,7%
Deduções à receita operacional	-3.167	-2.681	18,1%	-9.121	-8.750	4,2%
Receita Operacional Líquida	26.605	23.222	14,6%	77.560	73.232	5,9%
Custos e Despesas	-765	-1.463	-47,7%	-4.119	-3.771	9,2%
Depreciação	-2.721	-2.716	0,2%	-8.163	-8.156	0,1%
EBITDA	25.840	21.759	18,8%	73.441	69.461	5,7%
Resultado do Serviço	23.119	19.043	21,4%	65.278	61.305	6,5%
Resultado Financeiro	-7.179	551	n.a	-5.850	1.583	n.a
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	15.940	19.594	-18,6%	59.428	62.888	-5,5%
IR & CSLL*	-1.797	-1.675	7,3%	-6.411	-5.843	9,7%
Lucro líquido	14.143	17.919	-21,1%	53.017	57.045	-7,1%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	12.920	10.880	18,8%	36.721	34.731	5,7%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	7.072	8.960	-21,1%	26.509	28.523	-7,1%

IE PARAGUAÇU						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Operacional Bruta	45.303	42.470	6,7%	129.348	124.608	3,8%
Deduções à receita operacional	-4.757	-4.658	2,1%	-14.122	-13.205	6,9%
Receita Operacional Líquida	40.546	37.812	7,2%	115.226	111.403	3,4%
Custos e Despesas	-1.626	-2.251	-27,8%	-5.994	-6.078	-1,4%
Depreciação	-4.658	-4.615	0,9%	-13.962	-13.845	0,8%
EBITDA	38.920	35.561	9,4%	109.232	105.325	3,7%
Resultado do Serviço	34.262	30.946	10,7%	95.270	91.480	4,1%
Resultado Financeiro	-13.663	1.009	n.a	-9.957	2.980	n.a
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	20.599	31.955	-35,5%	85.313	94.460	-9,7%
IR & CSLL*	-2.547	-2.552	-0,2%	-8.591	-9.875	-13,0%
Lucro líquido	18.052	29.403	-38,6%	76.722	84.585	-9,3%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	19.460	17.781	9,4%	54.616	52.663	3,7%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	9.026	14.702	-38,6%	38.361	42.293	-9,3%

IE IVAÍ						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Operacional Bruta	103.409	107.769	-4,0%	313.371	309.746	1,2%
Deduções à receita operacional	-10.862	-10.294	5,5%	-32.873	-31.914	3,0%
Receita Operacional Líquida	92.547	97.475	-5,1%	280.498	277.832	1,0%
Custos e Despesas	-6.278	-5.189	21,0%	-16.292	-14.558	11,9%
Depreciação	-15.243	-14.426	5,7%	-42.329	-44.066	-3,9%
EBITDA	86.269	92.286	-6,5%	264.256	263.274	0,4%
Resultado do Serviço	71.026	77.860	-8,8%	221.878	219.208	1,2%
Resultado Financeiro	-31.264	-36.318	-13,9%	-148.136	-148.464	-0,2%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.	49	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	39.762	41.541	-4,3%	73.791	70.744	4,3%
IR & CSLL*	-13.523	-14.124	-4,3%	-25.092	-24.053	4,3%
Lucro líquido	26.240	27.417	-4,3%	48.699	46.691	4,3%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	43.135	46.143	-6,5%	132.128	131.637	0,4%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	13.120	13.709	-4,3%	24.349	23.345	4,3%

Anexo VII – *Covenants* (R\$ milhões)

BNDES (apuração anual)	
Dívida Líquida 30/09/25	14.396,8
EBITDA últimos 12 meses	4.179,8
Dívida Líquida/EBITDA 30/09/25	3,44
Patrimônio Líquido 30/09/25	21.395,9
Dívida Liq./ (Dívida Liq. + PL) 30/09/25	0,40

Os principais compromissos financeiros dos contratos de financiamento (*covenants* financeiros) que a ISA ENERGIA BRASIL está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2041) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$. O saldo desses financiamentos junto ao BNDES na data de 30/09/2025, soma o montante de R\$ 694,9 milhões em que os contratos possibilitam pré-pagamento.

Os indicadores são apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida nos contratos. A última apuração ocorreu em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas atenderam aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas. A próxima apuração será realizada em 31 de dezembro de 2025. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA de acordo com essa metodologia foi de **3,44x** no 3T25. A próxima apuração ocorrerá em 31 de dezembro de 2025 e a Companhia já iniciou as tratativas junto ao BNDES para obtenção de *Waiver*.

Anexo VIII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	719.176	2.914.747
Aplicações Financeiras	1.700.986	485.995
Ativo de concessão	3.751.988	3.604.640
Estoques	84.601	94.384
Tributos e contribuições a compensar	401.625	453.046
Instrumentos financeiros derivativos	21.379	41.658
Créditos com partes relacionadas	97.067	142.546
Despesas pagas antecipadamente	25.477	19.461
Caixa restrito	0	0
Adiantamento a Fornecedores	0	0
Outros	262.988	182.972
	7.065.287	7.939.449
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	18.261	17.862
Ativo de concessão	30.709.285	27.442.183
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.706.431	2.564.527
Cauções e depósitos vinculados	45.201	43.650
Estoques	101.723	140.344
Instrumentos financeiros derivativos	27.218	84.715
Créditos com partes relacionadas	0	0
Outros	122.551	124.936
	33.730.670	30.418.217
Investimentos	4.241.482	4.354.888
Imobilizado	170.557	153.613
Intangível	435.765	438.465
	4.847.804	4.946.966
	38.578.474	35.365.183
Total do Ativo	45.643.761	43.304.632
Passivo e Patrimônio Líquido		
(R\$ mil)	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	89.425	82.056
Debêntures	337.913	1.109.914
Arrendamento	19.076	12.020
Instrumentos financeiros derivativos	28.777	-
Fornecedores	209.410	182.169
Tributos e encargos sociais a recolher	257.914	139.146
Encargos Regulatórios a recolher	74.434	64.270
Juros sobre capital próprio e dividendos a	384.617	1.329.622
Obrigações trabalhistas	83.114	71.658
Valores a pagar – Vistex	786	351
Outros	97.636	273.612
	1.583.102	3.264.818
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	686.788	651.766
Debêntures	13.644.120	11.392.559
Arrendamento	41.171	25.489
Instrumentos financeiros derivativos	34.100	-
Fornecedores	2.771	1.393
Provisão para Contingências	157.858	197.271
Benefício a empregados – déficit atuarial	-	-
PIS e COFINS Diferidos	2.786.286	2.493.513
Imposto de renda e contribuição social	5.278.153	5.175.168
Encargos Regulatórios a recolher	30.863	30.763
Outros	2.682	610
	22.664.792	19.968.532
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	17.223.615	15.950.329
Outros Resultados Abrangentes	92.705	173.566
	20.907.006	19.714.581
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	488.861	356.701
	21.395.867	20.071.282
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	45.643.761	43.304.632

Anexo IX – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (IFRS) (R\$ milhões)	Consolidado					
	3T25	3T24	Var (%)	9M25	9M24	Var (%)
Receita Operacional Líquida	2.559,0	1.805,8	41,7%	6.403,9	5.446,5	17,6%
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas	1.596,3	1.232,0	29,6%	4.585,8	3.478,6	31,8%
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	962,7	573,7	67,8%	1.818,1	1.967,9	-7,6%
Custos dos Serviços de Implementação da infraestrutura, operação e manutenção e de serviços prestados	-1.340,5	-1.010,5	32,7%	-3.831,3	-2.770,1	38,3%
Lucro Bruto	1.218,4	795,3	53,2%	2.572,6	2.676,4	-3,9%
Receitas e Despesas Operacionais	61,2	1.175,0	-94,8%	380,8	1.326,3	-71,3%
Receitas – Revisão Tarifária Periódica (RTP)	-6,9	1.152,7	-100,6%	159,5	1.152,7	-86,2%
Gerais e Administrativas	-51,9	-62,2	-16,6%	-182,7	-190,8	-4,3%
Honorários da administração	-3,9	-3,1	23,8%	-14,3	-14,2	0,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14,4	20,4	-29,5%	14,7	30,3	-51,7%
Resultado de equivalência patrimonial	109,5	67,2	62,9%	403,7	348,3	15,9%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	1.279,7	1.970,2	-35,0%	2.953,5	4.002,8	-26,2%
Resultado Financeiro	-293,3	-206,1	42,3%	-996,8	-698,7	42,7%
Receitas financeiras	115,4	74,5	54,9%	332,3	167,7	98,2%
Despesas financeiras	-408,7	-280,6	45,7%	-1.329,0	-866,4	53,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	986,4	1.764,2	-44,1%	1.956,7	3.304,0	-40,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-183,6	-642,8	-71,4%	-196,9	-976,3	-79,8%
Corrente	38,6	-110,3	-135,0%	-45,0	-455,8	-90,1%
Diferido	-222,2	-532,5	-58,3%	-151,9	-520,5	-70,8%
Lucro/Prejuízo Consolidado	802,8	1.121,3	-28,4%	1.759,8	2.327,8	-24,4%
Participação do Acionista não Controlador	-18,0	-14,1	27,1%	-46,5	-41,0	13,4%
Lucro/Prejuízo	784,8	1.107,2	-29,1%	1.713,2	2.286,7	-25,1%

Anexo X – Fluxo de Caixa – IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	9M25	9M24
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-4.457.990	-3.843.219
Lucro líquido do período	1.759.777	2.327.762
Benefício a empregados – déficit atuarial	5.769	33.467
Depreciações e amortizações	25.631	27.906
PIS e COFINS diferidos	292.773	335.214
IR e CS diferidos	151.924	520.481
Provisão para Demandas Judiciais	-46.226	3.924
Valor residual de ativo permanente baixado	59	2.559
Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	27	27
Receita sobre aplicações financeiras	-104.762	-106.430
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.264.876	841.467
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	-45.101	8.626
Resultado de equivalência patrimonial	-403.702	-348.345
Reversão da perda em controlada em conjunto	0	0
Contas a receber - Ativo de Concessão	-7.323.530	-7.463.514
Realização de ativo de Concessão na aquisição de Controlada	14.461	14.682
Transações com acionistas não controladores	-46.548	-41.045
(Aumento) diminuição de ativos	3.923.533	3.801.711
Caixa restrito	0	0
Contas a receber - Ativo de concessão	3.909.080	3.947.338
Estoques	48.404	59.568
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-141.904	-137.790
Tributos e contribuições a compensar	125.961	-159.808
Cauções e depósitos vinculados	-188	495
Despesas pagas antecipadamente	-6.016	-11.074
Outros	-11.804	102.982
Aumento (diminuição) de passivos	-82.654	355.989
Fornecedores	28.619	10.216
Tributos e encargos sociais a recolher	188.717	498.131
Pagamentos IR/CSLL	-136.660	-56.038
Obrigações trabalhistas	11.456	10.715
Encargos regulatórios a recolher	13.784	4.441
Empréstimos e financiamentos a pagar	0	0
Provisões	-5.089	-20.008
Valores a pagar Vives	0	0
Reserva Global de Reversão	-1.861	-1.860
Outros	-181.620	-89.608
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-617.111	314.481
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	-502.749	-656.074
Caixa restrito	-399	4.202
Aplicações financeiras	-5.093.394	-4.654.568
Resgates de Aplicações financeiras	4.115.325	3.930.607
Aquisição de Imobilizado	-10.297	-19.489
Intangível	-10.717	-4.288
Dividendos recebidos	496.733	87.462
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	-1.075.710	159.186
Adições Empréstimos e Debêntures	2.007.347	2.396.381
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (principal)	-1.030.172	-517.686
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (juros)	-719.616	-457.334
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-11.094	-15.194
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-1.335.835	-1.239.067
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	-2.195.571	-182.408
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.914.747	245.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	719.176	63.411
Variação em caixa e equivalentes de caixa	-2.195.571	-182.408